



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 086

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE OUTUBRO DE 2003

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PPB .....	Duílio Genari
PT .....	Luciana Rafagnin
PDT .....	Neivo Beraldin
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Chico Noroeste
PPS .....	Waldir Leite
PSB .....	Doutor Luciano

## Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

## Ato da Presidência:

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos títulos II, Seção III, artigo 34, combinado com o inciso XIII, artigo 20, do Regimento Interno

D E C L A R A :

ATO DO PRESIDENTE Nº 12/2003

Constituída a Comissão Parlamentar Externa do Parque Nacional do Iguaçu, composta pelos deputados Elton Carlos Welter, Luciana Rafagnin, Dobrandino da Silva, Reni Pereira, Ademir Bier, Chico Noroeste e Ademar Luiz Traiano, conforme requerimento recebido pela Mesa e aprovado em 15 de outubro de 2003, para averiguar, *in loco*, a situação de conflito existente no entorno do Parque Nacional do Iguaçu, nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná e que tem como origem o fechamento da Estrada do Colono.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16.10.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 085ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2003

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Marcos Isfer e Alexandre Curi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Chico Noroeste, Cida Borghetti, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir

Leite (53). Achando-se ausente o senhor deputado Pedro Ivo Ilkiv (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

## SESSÃO.

### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos, informando que, conforme requerimento de autoria do deputado José Maria Ferreira, aprovado anteriormente, os horários do Pequeno e Grande Expedientes, serão destinados à Sessão Especial em homenagem aos 40 anos de criação da Cooperativa Agropecuária Rolândia Ltda - Corol.

Ocasão em que procederemos a entrega de moção de aplausos pelos seus inestimáveis serviços prestados à agricultura paranaense.

Temos a honra de passar a palavra ao Exmo. Sr. deputado José Maria Ferreira, autor da proposição, para, em nome do Poder Legislativo, saudar a Corol, pelos seus 40 anos de criação.

### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, nossos alunos aqui presentes, Dr. Eliseu de Paula, presidente da Cooperativa Agropecuária de Rolândia Ltda, a nossa querida Copol, juntamente com o seu Conselho de Administração, presidente da Ocepar, Dr. João Paulo, lideranças cooperativistas aqui presentes na tribuna de honra, do interior do Estado, da cidade de Rolândia, de Jaguapitã, de Primeiro de Maio, Bela Vista, Cambé, vereadores da cidade de Rolândia, aqui representados pelo seu presidente Narciso, senhor prefeito Eurides Moura, que também já ocupou um assento nesta Casa, como deputado; senhor prefeito de Tamarana, Paulo M. Macaoca.

(Lê):

"A Cooperativa Agropecuária Rolândia Ltda., nasceu da união de 25 produtores, num período em que a cafeicultura predominava no Norte do Paraná.

Teve sua fundação oficializada no dia 30 de outubro de 1963.

Nessas quatro décadas houve uma grande transformação no cenário agrícola.

A forte geada de 1975 praticamente dizimou os cafezais. Em compensação, grandes áreas passaram a ser ocupadas pelo trigo, soja, milho, algodão e outras culturas, as ditas culturas brancas.

A Corol participou intensamente dessas mudanças.

Passo a passo orientou os produtores sobre as novas culturas, ofereceu assistência técnica e ajudou a promover essa verdadeira revolução no campo.

A Corol tem hoje 6 mil e 500 associados.

Tudo começou em Rolândia, mas hoje a Corol atua numa área que vai de Apucarana a Cornélio Procopio, incluindo Londrina, Ibiporã e outros importantes municípios.

Ano a ano são batidos recordes importantes como o de recebimento de grãos. Pela região passa mais de 0,5% da safra brasileira.

Mas não são apenas os números. Sinônimo de empresa moderna, informatizada, preocupada com o meio ambiente e com a construção do seu balanço social, a Corol tem grandes metas para os próximos anos, porém sempre com os pés no chão.

A área de atuação da Corol se concentra no Norte do Paraná, região de Terra Roxa de alta fertilidade. Com o nível e a conscientização dos associados, somado ao empenho diário de 65 profissionais do corpo técnico que trabalham na difusão de tecnologias, a produtividade nas principais culturas tem sido bem superior à média nacional. Alguns cooperados têm alcançado recordes históricos. Nos 30 municípios de sua área de atuação, a produção supera 2 milhões de toneladas de grãos/ano.

São mais de 390 mil hectares de soja, 71 mil hectares de milho, safra verão, 180 mil hectares safra de inverno, 156 mil hectares de trigo e ainda, 24 mil hectares ocupados com cafeicultura. Além de soja, milho, trigo, café, cana-de-açúcar, algodão, entre outras culturas, há uma importante área destinada à pecuária.

A laranja já é uma realidade. A uva é o próximo passo num projeto integrado com os associados. Essa política de diversificação trabalhada ao longo dos anos tem sido um fator importante para agregar valor aos associados, principalmente porque a grande maioria é formada por pequenos produtores.

A Corol está a menos de 500 quilômetros do Porto de Paranaguá por onde já exporta soja e açúcar, além de suco de laranja. A Corol sempre acreditou e investiu na agropecuária como forma de agregar valor ao produto do associado. À medida que o processo de diversificação aumenta, a Corol também amplia o seu investimento na agroindústria. Com a chegada da cana, em 1980, começou a construção da destilaria de álcool.

Atualmente são produzidos mais de 26 milhões de litros/ano. Já a usina de Açúcar, instalada em 1992, produz perto de 900 mil sacas/ano.

Como a Corol nasceu no auge da cafeicultura do Norte do Paraná, era natural que, além de beneficiar, ela também investisse na torrefação. A partir de 1989 a cooperativa passou a produzir o Café Corol que se tornou referência de qualidade com a marca consolidada em todo Paraná.

Há 18 anos a Corol produz rações, concentrados e suplementos minerais para bovinos, aves, suínos e peixes. A Ração Corol é líder de mercado em sua área de atuação.

O mais recente projeto agroindustrial contempla o setor de fruticultura. Há mais de 10 anos os cooperados começaram a plantar laranja. Com a instalação de uma moderna fábrica e o controle de qualidade de toda cadeia da citricultura, a Corol já começou a exportar suco para os mais exigentes mercados.

Outras frutas, a começar pela uva, serão industrializadas naquela mesma fábrica.

Através da união de 6 mil e 500 produtores de 30 municípios, a Corol tem cumprido a função maior do cooperativismo. Em tudo essa é uma empresa diferente. Todos os cooperados são sócios-proprietários. Sua essência é o compartilhar, não o acumular.

A difusão de tecnologia para todos os associados proporciona importantes avanços. Esse trabalho coletivo faz com que cada cooperado possa: comprar, plantar, colher e vender melhor para elevar a qualidade de vida de sua família.

O balanço da Corol não deve ser mensurado apenas por inúmeros, mas, por um conjunto de ações que estão sendo desenvolvidos há quase quatro décadas.

Os primeiros comitês educativos foram criados há 25 anos. São mais de 700 homens e mulheres que participam de palestras, cursos que vão desde aulas de culinária, artesanato, saúde, segurança, discussões sobre novos serviços oferecidos pela cooperativa até política agrícola.

A Corol emprega 1.100 funcionários diretos. Somados aos indiretos, são mais de 2 mil empregos. Além do social, a cooperativa tem grande cuidado com o meio ambiente. Em cada ação desenvolvida, no campo ou nas agroindústrias, o sentido de preservação ambiental está presente.

Sempre trabalhando com os olhos focados no futuro, cada projeto, cada investimento tem um período próprio de maturação.

Esse cuidado na elaboração se transforma em ganhos importantes. A fábrica que produz suco de laranja também irá produzir suco de uva e o de outras frutas. Esse é o resultado positivo do planejamento.

Faz parte do cooperativismo colocado em prática pela Corol que, a cada dia, possa oferecer melhor atendimento ao produtor para que ele tenha maior rentabilidade, melhor qualidade de vida e, juntamente com seus familiares possam amar cada vez mais os frutos da terra, respeitando e preservando o meio ambiente.

Esta bela história, com bases sólidas e trabalho árduo é o que nos motiva a prestar essa singela homenagem de hoje aos 40 anos da Cooperativa Agropecuária Rolândia Ltda. - Corol.

Parabéns por tão dedicada e eficiente caminhada nessas terras vermelhas que sangram prosperidade.

Ontem um sonho, hoje uma realidade. Thomas Jefferson, nos ensina que “a pobreza generalizada e a riqueza concentrada não podem durar muito numa democracia” e a Corol soube, como poucos, repartir os frutos do sonho de 25 idealistas”.

Senhor presidente, é com esta disposição que apresentamos a esta Casa, e aprovado pelo Plenário, o pedido de uma Sessão Especial, para que pudéssemos homenagear aqueles de ontem, que tiveram a visão de fazer com que a Corol não ficasse presa apenas na questão do café, que pudesse se superar nas dificuldades e adversidades.

E hoje, homenagear aqueles que estão executando, implementando aquele sonho dos 25 primeiros associados de 1963. A Corol desempenha, e tem um grande papel a realizar na nossa região, fazendo com que a nossa produtividade possa experimentar a cada ano avanços significativos. E de transformar o lucro na verdadeira distribuição do resultado do trabalho de cada um dos seus agricultores. Daqueles que lavram a terra e sonham, para suas famílias, um amanhã melhor.

Parabéns, Eliseu! Parabéns a toda a equipe de diretores, conselho fiscal, conselho administrativo e os funcionários da Corol, que tão bem têm demonstrado esta capacidade em realizar, em conjunto, no meio da sociedade, a obra que muitos inspiram que é de um futuro melhor.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Pela ordem, o deputado Augustinho Zucchi.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Senhor presidente, solicitei a palavra, pela ordem, para, em rápidas palavras, cumprimentar o deputado José Maria Ferreira, parlamentar dedicado, ético e íntegro que propõe esta justa homenagem à Corol, cooperativa que tem a nossa idade.

Gostaria, senhor presidente, ao homenagear a Corol, de fazer um destaque especial à nossa agricultura, fazer uma referência principalmente ao cooperativismo no Estado do Paraná.

Está aqui o Dr. João Paulo, representante da Ocepar, e em seu nome gostaria de cumprimentar o Dr. Vankaique, Dr. Nelson Costa e todos que representam a Ocepar, e em nome do Dr. Eliseu, cumprimentar todos os membros da Corol e dizer que há pouco tempo, quando V. Exa. nos designou para que representássemos a Assembléia em uma homenagem às cooperativas, falávamos do que representa o setor cooperativista para o Estado do Paraná.

Nestes rápidos instantes, como membro da Frente Parlamentar do Cooperativismo aqui na Assembléia, quero me somar a V. Exa. que em ótima oportunidade presta esta extraordinária homenagem a uma grande cooperativa do Paraná, que se soma a tantas outras cooperativas e se transforma no Sistema Cooperativo do Estado do Paraná, que responde por grande parte da produção, do progresso e da justiça social do nosso Estado, em nome da produção agropecuária.

Acho que as cooperativas do Paraná merecem mais do que a nossa homenagem, merecem o nosso respeito, a nossa dedicação e da defesa absoluta que temos que ter nos projetos que as cooperativas têm para o nosso Estado.

Quero deixar registrado a nossa homenagem e a minha alegria, deputado José Maria, de ver V. Exa. fazendo desta Sessão uma homenagem a uma das cooperativas mais brilhantes do Paraná que, como já disse, sob a coordenação da Ocepar, hoje é referência inequívoca de

um Brasil que está dando certo por conta da produção agropecuária, que responde hoje pela única surpresa positiva, na minha opinião, que o Brasil concebe às outras nações no nosso mundo.

Deixo aqui a nossa homenagem à nossa querida cooperativa Corol e Dr. João Paulo leve a nossa homenagem também à Ocepar nesse trabalho brilhante, incessante e determinado em defesa da agricultura do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Convido a todos para assistir à apresentação do vídeo institucional da Cooperativa Agropecuária Rolândia Ltda, Corol.

**(Procede à apresentação de vídeo)**

Solicito ao 1º secretário que proceda à leitura dos Termos da Moção a ser entregue à Corol, representada pelo seu presidente, o Ilmo. Sr. Dr. Eliseu de Paula.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Marcos Isfer)**

“A Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por proposição do ilustre deputado José Maria Ferreira e aprovado pelo douto Plenário, manda lavrar nos Anais desta Casa de Leis, votos de congratulações e aplausos à Cooperativa Agropecuária Rolândia Ltda-Corol.

Curitiba, 22 de outubro de 2003”.

Assinam os deputados Hermas Brandão, presidente, e deputado estadual José Maria Ferreira.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Convido o Exmo. Sr. deputado José Maria Ferreira para que proceda à entrega da Homenagem e da Pinha, que é um dos nossos símbolos paranaenses, ao presidente da Corol, Sr. Eliseu de Paula, pelos 40 anos de criação da Cooperativa Agropecuária Rolândia Ltda.

**(É realizada a entrega da homenagem e da pinha)**

Tenho a honra de conceder a palavra ao Ilmo. Sr. Eliseu de Paula, presidente da Corol.

**O SR. ELISEU DE PAULA**

Prezado presidente Hermas, grande amigo; deputado José Maria; demais deputados; deputadas; presidente da Ocepar, João Paulo; nosso querido prefeito de Rolândia, Eurides; presidente da Câmara de Vereadores de Rolândia, Narciso; demais autoridades; prezados associados; diretores da Corol que estão, aqui, conosco; senhoras e senhores; querida imprensa.

É um momento muito feliz para a Corol e para nós estarmos hoje como presidente da Corol, um momento que é deveras importante na vida da empresa nos seus

quarenta anos. Como presidente, estamos muito honrados em estar presidente dessa empresa nesses quarenta anos.

Obrigado pela oportunidade de estarmos aqui na Assembléia com os nobres deputados, companheiros, amigos do cooperativismo. É deveras importante para uma empresa como a Corol receber essa homenagem, os seus mais de seis mil e quinhentos cooperados, com certeza, estão orgulhosos dos nossos deputados e com certeza muito felizes por terem sido lembrados nesses quarenta anos por esta Casa, a Assembléia Legislativa.

Com certeza levarei essa lembrança de hoje a todos os nossos cooperados e também, com certeza, haverá o reconhecimento de todos os nossos associados por terem sido lembrados neste momento.

Se permitisse, Hermas, eu queria fazer uma pequena apresentação de algum material e de algum trabalho que nós temos feito na cooperativa, de alguns projetos; talvez, o tempo é exíguo, mas se me permitir... eu gostaria de fazer tal apresentação.

**O SR. PRESIDENTE (Herma Brandão)**

Está autorizado.

**O SR. ELISEU DE PAULA**

Obrigado!

Vou tentar ser o mais breve possível, porém não poderia deixar passar esta grande oportunidade que estão nos concedendo, para fazer algumas apresentações sobre a nossa cooperativa, além do áudio-visual que já deu uma boa apresentação, porém aqui temos alguns números e coisas bastante concretas,

Inicialmente quero fazer sobre o cooperativismo no qual nós estamos inseridos, lembrando que no Brasil hoje nós temos 1587 cooperativas agropecuárias. Dentro do modelo cooperativo temos várias cooperativas: cooperativas de crédito, insumos, de trabalho. Estamos inseridos nesse cooperativismo agropecuário que hoje estamos próximos de um milhão de associados no Brasil, cooperativismo agropecuário. No Paraná estamos próximos de 100 mil associados engajados nesse sistema cooperativo com 67 cooperativas agropecuárias. Essas cooperativas nossas faturamos no ano de 2002 próximo de sete bilhões de reais e uma expectativa agora para 2003, que está acontecendo agora, mais de 11 bilhões de reais no faturamento. Isto representando mais de 50% do PIB agrícola do Paraná.

São fatos muito significativos e que não poderia deixar de trazer, querido Herma, que as cooperativas representam mais de 50% do PIB paranaense. Quarenta por cento dos agricultores já estão engajados no sistema de cooperativas, já pondo a cara no mercado internacional, com mais de 640 bilhões de dólares, isto somente no ano de 2002 em exportações, e recebemos mais de 13,5 milhões de toneladas no ano de 2002. Investimos nas nossas plantas todas, nas nossas regiões mais de 450 milhões de dólares.

A Corol foi fundada em 30 de outubro, como já foi dito, hoje, próximo, passando de 6500 associados, com conselho de administração, conselhos fiscais, uma composição de 15 membros fazendo parte do conselho, com mais de 1495 funcionários diretos, exatamente 1495 diretamente trabalhando na cooperativa, mais 71 técnicos no campo e 5 veterinários, mostrando que a Corol no ano passado faturou 379 milhões de reais - estando dentro das 500 maiores empresas do Brasil e entre as 80 maiores empresas do sul do país, com mais de 30 entrepostos, usina de álcool, açúcar, nos seus setores. Temos hoje mais de 22 setores dentro do sistema cooperativo da Corol e a última, mais nova, é a indústria de suco de laranja, que já na sequência estamos já com mais de 500 hectares sendo plantados de uva industrial.

Hoje temos 33 comitês femininos onde a mulher está muito inserida no contexto da Corol. O deputado José Maria falou que nós teremos um encontro, sábado. Mais de 800 mulheres lá estarão presentes, onde a família toda é envolvida, mulheres, homens, filhos de agricultores envolvidos. Temos mais de 22 comitês masculinos, comitês consultivos e hoje a Corol conta com uma capacidade armazenadora de mais de 10 milhões de sacas de grãos.

Então, se você olhar hoje a representatividade e o crescimento nessas capacidades é que mostram a pujança... **(inaudível)**.

Hoje temos uma área de atuação que vai de Apucarana, já passando por Cornélio; os números mostram que já estamos, na verdade, chegando já nas barrancas do rio, Cambará, Andirá, e toda aquela região que vai até Ourinhos, próximo a Jacarezinho é a atuação da Corol uma área de ação abrangente e importante. Mas, a nossa área de ação, abrange mais de 30 municípios e não vou entrar em detalhes de cada um, mas somados, são mais de 6500 cooperados.

O crescimento de cereais. Neste ano nós tínhamos uma previsão de receber 10 milhões de sacas de grãos e já atingimos a meta de 13 milhões e 28 mil sacas de grãos e tem ainda, até o fim do ano entrando trigo, milho; este número já supera em muito aquilo que foi em 2002, de 7 milhões e 800 mil.

Fornecemos, de insumos, 78 milhões de reais. Saltamos hoje para 150 milhões. O faturamento da Corol, que foi de 378 milhões de reais, passamos para 620 milhões, quer dizer mais de 200 milhões de dólares. Isso está mostrando a satisfação de ter uma evolução tão importante e significativa na nossa vida.

Nós temos uma cooperativa prestadora de serviço. Nada mais é que uma Corol prestadora de serviço. Aí separa o trabalho do antes da porteira, onde você leva toda assistência técnica, leva os insumos, leva toda orientação do agricultor. Dentro da porteira, ele faz todo o trabalho, o plantio. Já começamos pelo milho plantado, a soja; graças a deus tivemos boas chuvas, um plantio fantástico! Depois, vem o trabalho da cooperativa no pós-

porteira, que é receber toda produção do agricultor e com isso agregar valor e dar segurança e liquidez.

A gente tem comentado sempre que o produtor precisa sair daquilo, ele é um sanduíche, é a mortadela do sanduíche, e a grande luta da cooperativa é que possamos buscar tudo que precisamos pelo menos preço e levar aquilo que produzimos nas cooperativas, fazer com que ela possa agregar valor, vendendo pelo melhor preço, e não temos vergonha de dizer que temos que ter lucro, temos que ter resultado econômico.

O cooperativismo forma a essência da democracia, por que isso? Porque nós temos muito de capitalismo, muito, porque estamos para ganhar dinheiro, não pelos belos olhos da diretoria, não, nós estamos para ganhar! Quando nós juntamos forças, é para ganhar mais!

Temos muito também de socialismo, porque o homem é um voto, não tem credo, não tem cor, não tem raça, somos todos iguais, e um homem, um voto! Essa é a grande essência da democracia; temos muito de capitalismo e muito de socialismo. Um homem, um voto, independente do seu tamanho. A essência da democracia é o sistema cooperativo.

E aqui está, repetido, todo trabalho do modelo cooperativo. Aqui mostra os projetos integrados, e eu gostaria, caro presidente, comentei com o senhor antes da entrada sobre os projetos integrados da Corol, e aqui está uma demonstração do que é o projeto de laranja e de uva, que dignificam o Paraná estes projetos, e mostrando a nossa pujança.

Agora o projeto de carne já está aí, e nós já estamos trabalhando fortemente nele, e quero dizer o que é essa integração. Onde queremos um projeto de carnes, frigorífico de boi, num modelo que não tem no Paraná. E não tem no Brasil. E com certeza ele muito breve será realidade. Está, aqui, o modelo nosso, onde vamos produzir carne. Os pecuaristas deste Paraná desenvolveram muita tecnologia, tem muito transplante de embriões, tem alta linhagem, tem cruzamento industrial, temos carne marmorizada, temos carne com 4 cm de gordura, estamos desenvolvendo tudo isso na tecnologia.

Na outra ponta, na ponta do mercado, é que nós pecamos, e hoje o pecuarista se vê com dificuldades na comercialização. Então, o projeto da Corol, que a exemplo da cana, da uva, da laranja, o pecuarista vai produzir carne por hectare, e vamos transformar uma planta industrial. E vamos fazer a comercialização, buscando inclusive parceiros internacionais, para fazer com que essa carne chegue aos mercados emergentes, que estão se abrindo muito fortemente, onde você foge da economia informal, porque o modelo não permite, e sim, sempre formal. Com isso, vamos agregar valores, para tentar fazer com que o produtor produza carne, participe de toda cadeia produtiva, pondo nossa carne lá nos mercados emergentes, transformando o nosso boi em dólar, o nosso suco em dólar, a nossa cana-de-açúcar, o nosso álcool. E também para atender o nosso mercado interno.

Então, com certeza que esse projeto de carnes - que não temos nenhum modelo para copiar, temos um modelo já produzido na Corol. E os produtores que estão aqui, representando outros produtores, são produtores de suco de laranja, pecuaristas e também conhecem esse trabalho que estamos introduzindo.

Então, esse modelo permite segurança em tudo, na comercialização e na liquidez. Porque aí que eu falo, o produtor tem que ter resultado, tem que ter lucro para podermos fazer todo o trabalho! Nunca prescindir de resultados, de lucro, porque é através dele que reinvestimos; nós trabalhamos.

Então, esse projeto é inédito no Paraná. E tenho certeza que os senhores deputados que estão nos ouvindo, estão inseridos nesse projeto. Estamos abertos para mostrar o desenvolvimento deles e precisamos também de todo apoio, que tenho certeza, não nos é negado.

Nessa sequência de projetos, vem a cana-de-açúcar. Temos hoje mais de 1700 empregos diretos do cortador de cana. Temos mais de 1700 trabalhadores rurais registrados, trabalhando na colheita de laranja, na colheita de cana-de-açúcar. Homens e mulheres envolvidos neste trabalho, com muita dignidade e com bons resultados. Depois temos o projeto da laranja, a mesma coisa, com mais de 3500 hectares plantados, 1,2 milhões de árvores plantadas. Você nem percebe, quando se está lá nos pomares, que cresceram, já com mais de 11 anos de idade e com suco posto na Europa, no Canadá, na Austrália e de qualidade! Fica uma agregação de valores, onde o nosso produtor participa com a sua lavoura, até que o seu suco volta em forma de dólar.

Hoje já tem mais de 500 hectares plantados, vai ser o maior projeto de uva do Brasil, e mil hectares de uva inicial. Tivemos conhecimento que ninguém, no Brasil, tem uma área tão grande dessa. A uva permite a um pequeno produtor de 2 hectares, de 1 hectare, viabilizar sua atividade econômica.

Aqui, muitas vezes se fala de sem-terra, de produtores que perderam a área e com 1 hectare não sabem o que fazer, 5 hectares não sabem o que fazer. Hoje um imóvel com 5 hectares de terra não consegue viabilizar a sua atividade agrícola, plantando soja ou plantando milho com pequena quantidade de terra. Mas, com 2 hectares de uva muitas vezes ele tem independência econômica. Esse projeto da uva que a Corol já está implantando, vem ao encontro de uma resposta para o pequeno e para o mini produtor.

Então, esse trabalho que está acontecendo no Norte do Paraná e no Paraná, é com muita alegria e com satisfação que trazemos aqui. A Corol faz isso com muita vontade, com muito amor, com muito carinho, provocando o desenvolvimento econômico e social da nossa região. A região onde a Corol está situada há 40 anos, e eu estou como presidente dela com muita honra, hoje, e tão bem representada pelos seus diretores e cooperados, somos uma das regiões do melhor PIB agrícola do Brasil e posso dizer e tenho um dado, inclusive do resultado

social que está medido no Paraná, onde está o melhor PIB agrícola e o impacto social do nosso trabalho. Isso pelo trabalho de uma cooperativa e dos produtores organizados. Isso é importante, prestar os melhores serviços ao nosso associado.

Com isso encerro, agradecendo a oportunidade e agradecer ao José Maria pela propositura, neste plenário, de falar da Corol e agradecer ao presidente da Assembleia, nosso querido Hermas, aos senhores deputados e deputadas por terem nos ouvido.

Quero colocar a Corol à disposição de todos, as portas estão abertas. É uma honra, para nós, estarmos inseridos neste contexto, e é muito bom ser paranaense e ser brasileiro, porque está tudo para ser feito ainda.

Muito obrigado. Gostaria de entregar um mimo com alguns dos produtos da Corol ao senhor e ao nosso querido deputado.

**(Presenteia os deputados Hermas Brandão e José Maria Ferreira)**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Antes de encerrarmos essa primeira parte da nossa Sessão, quero conceder a palavra, pela ordem, ao deputado Durval Amaral.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Senhor presidente, senhores deputados.

Inicialmente quero parabenizar a iniciativa do deputado José Maria, que foi brilhante em homenagear a nossa Cooperativa Corol, cumprimentando o Sr. Eliseu de Paula, cumprimento a todos os diretores da Corol, cumprimento nosso prefeito Eurides Moura, da cidade de Rolândia, sede da Corol; Dr. João Paulo, presidente da Ocepar e todos os demais diretores, prefeitos e lideranças aqui presentes.

Não quero falar só na qualidade de deputado, mas quero falar também como um cooperado. Sem dúvida alguma, o progresso no Norte do Paraná, o desenvolvimento da agricultura no Norte do Paraná - o agronegócio no Norte do Paraná, deve-se fundamentalmente à Corol.

A Corol foi e é vanguarda na nossa região. Posso dizer com toda certeza, que a Corol é sinônimo de sucesso em todos os seus empreendimentos, em todos os seus investimentos. Graças à qualidade de seus cooperados e sobretudo a competência da sua diretoria, a competência administrativa, a competência econômica e financeira que tem a Corol.

Fico feliz, não só como cooperado, como deputado, de somar ao deputado José Maria, em toda essa homenagem que a Assembleia Legislativa presta à Corol, dizer que estaremos juntos nas comemorações que se entenderão. Temos lá uma programação muito extensa, salvo engano, também no dia 30, estaremos todos juntos, para poder nos congratularmos com essa grande cooperativa, sinal de desenvolvimento econômico da nossa região.

Muito obrigado, e parabéns à Corol!

**O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)**

Apenas também gostaria de fazer minhas as palavras do deputado Durval Amaral, parabenizar o deputado José Maria Ferreira, por esta brilhante iniciativa e também Dr. Eliseu de Paula, toda a sua equipe de cooperados, o prefeito Euridez Moura, o prefeito Paulo Nacaoca de Tamarana e todos os vereadores, representantes do Legislativo, os cooperados que se fazem presentes aqui.

Nós sabemos da pujança e da importância para o desenvolvimento econômico do Norte do Paraná que alavancou a nossa economia, graças ao trabalho da Corol. Tivemos a oportunidade de conhecer esta fábrica de suco de laranja, que é a mais moderna do Brasil. Isso nos orgulha e dá muita responsabilidade ao senhor presidente, para continuar essa brilhante administração.

O agronegócio e o Norte do Paraná insistem em querer recordes positivos, ajudando a balança comercial brasileira. Nós sabemos da falta de subsídios, sabemos da falta de incentivos à agricultura. Imagine se o governo olhasse com bons olhos, principalmente o Governo Federal, o que seria do nosso Estado, que é eminentemente agrícola e um grande produtor rural?

Parabéns, Eliseu de Paula, e a todos os membros.

**O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)**

Gostaria de cumprimentar o presidente da Corol, primeiro pelo belíssimo vídeo que acabamos de ver, sensacional, que demonstra aí o progresso, o cooperativismo que é o futuro deste País.

Ao mesmo tempo, nas explicações que foram muito bem explanadas, que mostram a força que tem a cooperativa. E acima de tudo, o desenvolvimento do Norte do Paraná e particularmente da Corol. Parabéns a esta presidência! Isso nos enche de orgulho, nós que somos paranaenses, e devemos ser bairristas quando algo no nosso Estado vai muito bem. E a Corol vai de forma brilhante, consolidando o mercado nacional e internacional.

Só temos uma profunda lamentação contra a Corol, de não ter ganhado uma cestinha como os outros deputados, para conhecermos melhor os seus produtos.

Muito obrigado, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

**O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)**

Não poderia deixar e manifestar-me neste momento, que se presta essa homenagem a Corol.

A figura do ilustre presidente da Corol, o nosso amigo veio junto com a sua diretoria, junto com as autoridades de Rolândia, do Norte do Paraná. O Barbosa Neto disse bem, é preciso olhar para o investimento do governo no agronegócio. A presença do governo, no

agronegócio, a presença na Assembléia Legislativa, para evidenciar aqueles que fazem a riqueza deste país, aqueles que geram emprego e que, através da sua produção, gera renda e possibilita o Governo a fazer a sua parte, que é o social.

Acho que a maior contribuição que o Governo e o Poder Público podem dar é o incentivo justo e merecido àqueles que produzem, e é através da produção que nós vamos encontrar o caminho da estabilidade social, o caminho da segurança e o caminho do progresso neste País.

Parabéns, à Corol. Parabéns a todos aqueles que aqui vieram e cumprimento também a iniciativa do ilustre deputado José Maria Ferreira.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em nome deste Poder, eu quero cumprimentar os dirigentes da Corol, na pessoa do seu presidente, o nosso companheiro, o nosso amigo Eliseu. Cumprimentar todos os funcionários, os seus associados, e dizer da importância da Corol, para o Paraná.

Acho que o fortalecimento do nosso setor, o setor de agronegócio, o setor agropecuário, passa pelas cooperativas e a Corol tem dado um exemplo importantíssimo para o nosso Estado.

Em nome do Poder Legislativo, queremos deixar os nossos cumprimentos, na certeza que cada vez mais a Corol crescerá, agora entrando em novas atividades, no agroboi, que é fundamental para o nosso Estado. Nós não temos áreas enormes para expandirmos o setor, mas temos como expandi-lo usando as técnicas modernas, e isso a Corol também está buscando.

O nosso cumprimento ao prefeito Eurides Moura, da cidade de Rolândia, o Paulo, de Tamarana, ao João Paulo, presidente da Ocepar e cumprimentar um velho amigo meu, que foi o meu parceiro na Secretaria da Agricultura, o nosso companheiro Wilson Pan, que tive uma feliz coincidência de trabalharmos juntos e conhecer o seu potencial de trabalho.

A todos, o nosso muito obrigado.

#### (**Suspende a Sessão por cinco minutos**)

Está aberta a Sessão.

#### O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da ata da Sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Queremos participar aos senhores parlamentares que faleceu, no último dia 20, o ex-deputado Tadeu Sobozinski, que foi parlamentar desta Casa no período de 59.

#### O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Indicações:

##### INDICAÇÃO Nº 113/2003

Ao Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná.

O deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Sugere a criação do Programa Estadual da Melhor Idade, vinculado à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, com o objetivo de criar frentes de trabalho e também promover e incentivar a construção no mercado de trabalho de pessoas que estejam próximas da aposentadoria.

2 - Serão beneficiados pelo programa os cidadãos que atenderem aos seguintes requisitos:

I - residam há mais de três anos no Estado do Paraná;

II - estejam desempregados há seis meses ou mais;

III - encontrem-se há três anos ou menos do prazo mínimo para a aposentadoria;

IV - possuam renda familiar igual ou inferior a um salário mínimo e, conseqüentemente, sem condições de manter os pagamentos de sua contribuição previdenciária.

3 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, a qualquer tempo, no Orçamento Anual do Estado, os créditos adicionais necessários para implementar o programa alvo da presente indicação ou conceder isenção de impostos estaduais às empresas públicas ou privadas que criarem vagas para contratação dos cidadãos que atendam ao disposto no item 2, com o intuito de estimular a geração de postos de trabalho.

4 - As empresas públicas ou privadas poderão, mediante assinatura de termos de adesão ao programa, inscrever-se como empregador, firmando compromisso de gerar vagas de emprego pelo prazo mínimo de doze meses a partir da contratação para beneficiarem-se dos incentivos previstos no item 3.

5 - Se houver rescisão justificada do contrato de trabalho do cidadão inscrito no programa antes do prazo previsto no item 4, o empregador poderá manter o posto criado, substituindo imediatamente o empregado por outro que preencha os requisitos legais, não fazendo jus a novo benefício para o mesmo posto.

6 - O Poder Executivo disciplinará as condições operacionais para isenção de impostos e demais incentivos de que trata a presente indicação.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) JOCELITO CANTO

#### JUSTIFICATIVA:

É fato que a oferta de emprego no mercado de trabalho tem-se estreitado de maneira contínua nos últimos anos, provocando índices de desemprego assustadores e reduzindo a qualidade de vida da população. Também é sabido que quanto maior a idade, maiores são também as dificuldades para obtenção de emprego com registro em



Carteira de Trabalho e, conseqüentemente, sem contribuição para a Previdência Social.

Para solucionar este grave problema social, garantir a reinserção no mercado de trabalho formal e a manutenção da cidadania desse enorme contingente de trabalhadores faz-se necessário a interferência do Poder Público, promovendo alternativas de oferta de trabalho que proporcionem a continuidade de contribuição à Previdência Social neste último estágio antes da efetivação da aposentadoria.

#### INDICAÇÃO Nº 114/2003

Senhor Governador:

O deputado Renato Gaúcho, que ao final subscreve, autor da presente proposição, comparece perante V. Exa., para indicar a adoção de medidas urgentes no sentido de adequação da estrutura governamental paranaense para cumprir e fazer cumprir o Estatuto do Idoso, recém-promulgado pelo Governo Federal.

Ciente das restrições orçamentárias indica, em acordo com a Constituição Estadual - Artigo 87, item VI, as seguintes medidas:

1 - adequação da estrutura da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania inclusive com a criação, em caráter consultivo, do Conselho Estadual da Condição do Idoso;

2 - Adequação da estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública com a criação de Delegacia de Polícia Especializada no Atendimento dos Idosos.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

Tanto a Constituição Federal quanto a Estadual garantem o tratamento isonômico entre os cidadãos, sem distinção de qualquer natureza. No entanto, não é bem isso que acontece. A população idosa, além de sofrer preconceito, muitas vezes é vítima de maus tratos e abandono, não tendo, de forma visível, a quem recorrer. O Estatuto do Idoso pretende corrigir as falhas existentes.

O Governo do Paraná, ao preparar sua estrutura, estará demonstrando a sua atenção e seu respeito aos idosos.

#### INDICAÇÃO Nº 115/2003

Ao Exmo. Sr. secretário do Estado da Fazenda.

O deputado Reni Pereira dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A inclusão do produto classificado na posição 1902 da NBM/SH, no rol daqueles produtos beneficiados pela Lei nº 13.214 de 29/06/2001.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 13214/2003 de 29/06/2001, assim como a Lei nº 13332/2003 de 26/11/2001, trouxeram a possibilidade de, via tratamento tributário diferenciado, inserir no

mercado consumidor nacional, produtos industrializados no Paraná.

É notório que sem o tratamento tributário diferenciado, os produtos paranaenses perdem competitividade, gerando, destarte, o fechamento de empresas e o desemprego como conseqüências imediatas.

A presente indicação visa convencer a autoridade fazendária do Paraná, no sentido de incluir o produto-macarrão no rol daquelas mercadorias cuja carga tributária foi reduzida de 12% para 7% nas operações interestaduais.

Algumas indústrias paranaenses de macarrão estão sem possibilidade de competir com fabricantes de fora do Estado, visto que a carga hoje incidente é superior àquela utilizada por outros Estados, criando uma concorrência desleal com os fabricantes locais, daí a necessidade de novo tratamento que iguale as condições.

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 2424

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, REQUER, com base no artigo 132, parágrafo 2º, IV, do Regimento Interno desta Casa de Leis, a retirada de votação da Indicação nº 053/2003, item nº 11 da Ordem do Dia, bem como o seu arquivamento.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Como a Indicação nº 053/2003 tinha com objetivo criar um dispositivo que responsabilizasse o Estado pelo pagamento de Energia Elétrica dos consumidores carentes, cujos imóveis tivessem fins residenciais e não ultrapassassem 100 kWh, e, o atual Governo já implantou o Programa "Luz Fraterna", este deputado, investido em suas atribuições regimentais pretende retirá-lo de pauta, uma vez que de forma acertada o Governo do Estado já adotou esta prática.

#### REQUERIMENTO Nº 2426

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 369/2003, autoria do deputado Antonio Anibelli da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, por 05 Sessões.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 2433

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão

e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 2404

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 076/2003, 377/2003 e 541/2003, que instituem Programa de Bolsa de Estudo no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 2432

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a criação de Comissão Especial do Litoral Paranaense, com 9 (nove) membros, com o objetivo de atuar em defesa dos municípios litorâneos do Estado do Paraná, com trabalhos até o final da presente legislatura.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(aa) GERALDO CARTÁRIO  
NELSON JUSTUS

#### REQUERIMENTO Nº 2425

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização desta Casa de Leis para participar, em nome deste Poder Legislativo, da Conferência Nacional das Cidades, a ser realizada nos dias 24, 25 e 26 de outubro do corrente ano em Brasília.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### REQUERIMENTO Nº 2427

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, na qualidade de membro da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado e no uso de suas atribuições, REQUER, ouvido o douto Plenário, autorização desta Casa de Leis para participar, em nome deste Poder Legislativo, do primeiro Seminário Sul Regional contra a violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, nos dias 23 e 24 de outubro do corrente ano, em Porto Alegre, conforme convite em anexo.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### REQUERIMENTO Nº 2414

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, a

prorrogação do prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga o Paranacidade, até o dia 10 de novembro próximo.

O prolongamento do prazo inicialmente previsto para o término das tarefas desta CPI é indispensável para sua perfeita conclusão.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA, JOCELITO CANTO, PADRE PAULO CAMPOS, CIDA BORGHETTI, ELIO RUSCH, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO E ARTAGÃO JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO Nº 2416

Senhor Presidente:

Vimos pelo presente, comunicar a V. Exa. que, por deliberação dos deputados da Bancada do Partido Popular Socialista - PPS, a partir da presente data, passa a responder pela Liderança do PPS nesta Casa de Leis, o nobre deputado Marcos Valente Isfer.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(aa) MARCOS ISFER, RATINHO JÚNIOR, ARLETE CARAMÊS E WALDIR LEITE

#### REQUERIMENTO Nº 2405

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento, no último dia 20 deste mês, do deputado Thadeo Sobocinski, um exemplo de paranaense.

Nascido em Mallet, no ano de 1918, Thadeo Sobocinski, graduou-se no ano de 1947 em Odontologia e 1953, bacharelou-se em Direito, as duas vezes na Universidade Federal do Paraná.

Enquanto estudante, destacou-se pela grande dedicação do "Dispensário Odontológico", chegando a receber menção honrosa do Diretório Acadêmico Nilo Cairo.

Habilitou-se a participar na organização da Força Expedicionária, permanecendo um ano na Itália durante a Segunda Guerra Mundial e recebendo duas condecorações pelos serviços prestados.

Na qualidade de suplente, assumiu a cadeira de deputado e muito se preocupou com a classe agrícola e com a pequena indústria.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Marcos Isfer.

#### REQUERIMENTO Nº 2422

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após concordância do Plenário, sejam inseridos nos Anais da sessão e hoje, os votos de profundo pesar desta Casa Legislativa, pelo fale-

cimento da senhora Alayde Dias Napoli, no último dia 15 de outubro, na cidade de Ibema.

A Assembléia Legislativa do Paraná, respeitando os sentimentos, por este parlamentar, diante da consternação da famílias, manifesta a sua solidariedade e rogando ao Todo Poderoso força e resignação diante da perda irreparável. Que as saudades possam ser superada com a memória do exemplo e trabalho que a senhora Alayde Dias Napoli deixou no seio de seus familiares e grande círculo de amizades.

Caso aprovada a presente proposição, requer-se seja dado ciência da mesma à família enlutada na pessoa do senhor Márcio Dias Napoli, Caixa Postal 42 - 85478-000 - Ibema - Paraná.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2429

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente, REQUERER, votos de pesar aos familiares do Sr. Leônidas Cidroni Netto, pelo falecimento ocorrido no dia 19 de outubro de 2003.

Solicito a especial gentileza em notificar a senhora Maria Coelho Neto, acerca do voto em apreço, no endereço sito à Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 302, Capão da Imbuia, cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 82.800-300.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 2430

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente, REQUERER, votos de pesar aos familiares do Sr. Lauro de Carvalho Chaves, oficial reformado da Aeronáutica, que dedicou sua vida à defesa dos interesses da cidade de Curitiba, tendo sido um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro - MDB e vereador da cidade de Curitiba, durante vinte e quatro anos. Fundou, ainda, o antigo bloco carnavalesco Asa de Águia, e presidiu por vinte e cinco anos o Ícaro Atlético Clube, faleceu no dia 20 de outubro de 2003.

Solicito a especial gentileza em notificar a senhora Santana Terron de Carvalho Chaves, acerca do voto em apreço, no endereço sito à Rua Canadá, nº 1020, Boa Vista, CEP 82.510-290, cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 2393

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos, ao Município de Piên, pela passagem, no próximo dia 1º de novembro, do seu 42º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Francisco Marques Neto, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor José Loir Dreveck, bem como a todos os senhores vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Piên.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que toda a população de Piên, estará comemorando, no próximo dia 1º de novembro, mais um aniversário de sua emancipação política.

A história do povo de Piên está ligada diretamente à abertura da Estrada da Mata, a partir do século XVIII. Foi esta via de comunicação que trouxe a povoação para a imensa região sudeste do Estado do Paraná.

O primeiro morador da localidade foi Antônio Vieira, que se casou com uma índia guarani, isto em torno de 1850. Posteriormente estabeleceram-se membros da família Vaz, vindos do litoral paranaense. Com o tempo vieram as famílias Cabral, Cardoso e Castro.

Em 28 de março de 1890 foi criado o Distrito Policial de Piên, sendo que, em 1905 a localidade foi elevada à categoria de Distrito Administrativo e Judiciário, com território pertencente ao município de Rio Negro. Em 1º de janeiro de 1927, começou a funcionar uma sociedade de agricultura presidida por Carlos Weiss.

Em 25 de janeiro de 1961, pela Lei Estadual nº 4.338, foi criado o município de Piên. O território foi desmembrado de Rio Negro e a instalação deu-se a 1º de novembro de 1961, sendo primeiro Prefeito o Sr. Frederico Guilherme Giese.

Portanto, é nesta significativa data que o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste parlamentar, congratula-se com toda a população de Piên, principalmente com aqueles que acreditam que é somente com muito trabalho, que se obtém segurança para a construção de um Paraná melhor para os paranaenses.

#### REQUERIMENTO Nº 2402

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações, ao radialista Renato Gaúcho pelo 1º lugar na pesquisa Top Of Mind Paraná 2003.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

#### JUSTIFICATIVA:

Desde 1995, a pesquisa Top Of Mind Paraná procura captar, de forma criteriosa e transparente, as marcas de produtos e serviços e os nomes de veículos e profissio-

nais que estão na mente dos paranaenses. Para esta pesquisa foram realizadas diversas entrevistas, distribuídas nos 22 maiores centros consumidores do Estado, além da região metropolitana e Curitiba.

O radialista Renato Gaúcho, vem pelo oitavo ano consecutivo mantendo-se como o radialista mais lembrado nas pesquisas e líder de audiência em seu horário, merecendo pelo seu trabalho este reconhecimento.

#### REQUERIMENTO Nº 2406

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações à legião da Boa Vontade pelas comemorações do 14º aniversário de inauguração do Templo da Boa Vontade, que foi idealizado e construído pelo presidente Mundial da Legião da Boa Vontade, jornalista José de Paiva Neto, inaugurado em 21 de outubro de 1989, fazendo parte do ParlaMundi da LBV.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 2418

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao doutor Jorge Azor Pinto, pela posse como delegado-geral da Polícia Civil do Estado do Paraná, acontecido no último dia 08 de outubro, nesta Capital.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao doutor Jorge Azor Pinto, no endereço que segue: Rua José Loureiro, 540 - 11º andar - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 2419

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao 20º aniversário de instalação do município de Tupãssi, ocorrido em 08 de outubro do corrente ano.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Exmo. Sr. Valdecir Acco, prefeito municipal de Tupãssi, e ao Exmo. Sr. vereador José Carlos Mariussi, para que se dê ciência aos demais integrantes da Câmara Municipal de Tupãssi.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 2396

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido

o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Renato Manto-vani.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense na área de Marketing, onde ganhou prêmio pela Associação Brasileira de Marketing & Negócios, enaltecendo o nome do Estado no Brasil.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2397

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Otaviano Mazer.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2411

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Teixeira Holzmänn.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense e pelo prêmio “Destaque no Marketing da Associação Paranaense Brasileira de Marketing & Negócios” na categoria produtos, que recebeu recentemente, com o case Projeto Royal - o projeto que mudou o eixo residencial e a cultura verticalizada, da terceira maior cidade do sul do país.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2431

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviada solicitação ao secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de aumentar o efetivo de policiais civis e militares no município de Sertãoópolis, no norte do Estado.

Tal solicitação prende-se ao fato do município ter tido um crescimento vertiginoso de crimes nos últimos meses, trazendo grande temor e prejuízo à população local.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 2435

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado pedido das seguintes informações ao chefe da Casa Civil, Dr. Caíto Quintana:

- O Sr. José Benedito Pires Trindade é funcionário público do Estado do Paraná? Exerce cargo em comissão?
- Caso afirmativo, onde está lotado, qual sua função e seus vencimentos?
- O Sr. José Benedito Pires Trindade fez parte da comitiva do governador do Estado na viagem à Espanha?
- Se sim, qual o objetivo de sua presença? Que funções desempenhou?
- Quem pagou suas passagens? Qual o valor de suas despesas e por quem foram custeadas?
- Caso tenha sido efetuada o pagamento pelo Estado, determinar que Secretaria ou empresa pública que o fez, especificando o valor das passagens e das diárias pagas.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 2394

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de correspondência ao Exmo. Sr. governador Roberto Requião, solicitando a implantação do Sistema de Ambulâncias Siate no município de Castro, tendo em vista o município e região não contarem com este tipo de assistência.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O município de Castro já possui mais e 50.000 mil habitantes, sendo, portanto, considerado apto para receber este tipo de benefício.

## REQUERIMENTO Nº 2399

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de correspondência ao Exmo. Sr. governador Roberto Requião, solicitando a urgente troca de 04 ambulâncias que servem ao SIATE no município de Ponta Grossa, tendo em vista o precário estado de conservação das mesmas e dificultando, conseqüentemente, o atendimento à população dos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

## REQUERIMENTO Nº 2403

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Mau-

rício Requião, MD secretário de Estado da Educação, solicitando providências com relação à construção de 1 (uma) unidade escolar, para a sede própria da escola Estadual Naira Felini, no município de Medianeira, conforme reivindicação da comunidade.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) CHICO NOROESTE

## REQUERIMENTO Nº 2400

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, secretário de Estado da Saúde, solicitando recursos financeiros destinados à manutenção da Santa Casa de Misericórdia do município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Santa Casa de Misericórdia Maria Antonieta, do município de Goioerê é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, fundada em 1956.

Mantém um quadro funcional de 48 (quarenta e oito) funcionários, disponibiliza 80 (oitenta) leitos, basicamente para atendimento do SUS e assim como todos os hospitais do Estado do Paraná e do Brasil, passa por dificuldades financeiras.

Por sua atividade de benemerência a Entidade tem encontrado dificuldades em cumprir suas obrigações financeiras. Desta forma, e somente nos últimos doze meses a dívida para com o INSS chegou a níveis elevados e insuportáveis. O mesmo tem ocorrido no referente às despesas correntes e material de consumo. A continuar tal situação em pouco tempo a entidade não terá mais como atender a demanda da população local e regional trazendo sérios problemas para toda a coletividade.

Desta forma, urge auxílio em caráter emergencial para atender a demanda, assim como um planejamento de apoio continuado às atividades de atendimento a saúde regional pela Santa Casa.

## REQUERIMENTO Nº 2410

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, solicitando urgência na implantação da Região Metropolitana de Londrina, conforme a lei autorizativa já aprovada nesta Casa, nº 81 de 17 de junho de 1998.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2412

Senhor Presidente:

O deputado Renato Gaúcho, que ao final subscreve, autor da presente proposição, comparece perante V. Exa.

para REQUERER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Sr. Luiz Claudio Romanelli, presidente da Companhia de Habitação do Paraná, manifestando sua preocupação com o projeto habitacional cogitado para ser implantado na regularização de áreas em nossa Capital (Vila Zumbi dos Palmares e Vila Parolin).

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) RENATO GAUCHO

#### JUSTIFICATIVA:

O jornal Gazeta do Povo de 30.09.2003 publicou matéria onde se aventa a hipótese de construção de módulos de até 4 (quatro) pavimentos para abrigar as famílias que hoje estão nas áreas das Vilas Zumbi dos Palmares e Parolin em Curitiba.

Nunca é demais lembrar que alguns programas habitacionais tiveram insucesso por não levar em consideração as peculiaridades da população a ser atendida.

Este parece estar sendo o caso. No conjunto da população das duas vilas citadas, com certeza, existem pessoas idosas e/ou portadoras de deficiência (dificuldade com escadas) crianças (espaço exíguo da moradia) e, também, pessoas que cultivam hortas e possuem animais de estimação.

Também é bom lembrar que boa parte dos moradores têm na bicicleta seu único meio de locomoção. Por último, não é ideal gerar para pessoas de baixa renda a possibilidade de aumento de despesas via taxa de condomínio, por menor que seja.

#### REQUERIMENTO Nº 2413

Senhor Presidente:

O deputado Renato Gaúcho que ao final subscreve, autor da presente proposição, comparece perante V. Exa. para REQUERER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Exmo. Sr. Roberto Requião, governador do Estado do Paraná, sugerindo que - na viabilização de acordo com empresários chineses para ampliação do Porto de Paranaguá - se assegurem dispositivos que contemplem o município de Paranaguá, com recursos financeiros e/ou obras nas áreas definidas pela população local e, em especial, na questão do tratamento e destino do lixo.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) RENATO GAÚCHO

#### JUSTIFICATIVA:

Os veículos de informação noticiam a proximidade da viabilização de acordo entre o Estado do Paraná e empresários chineses para ampliação da capacidade do Porto de Paranaguá.

O município de Paranaguá, como quase a totalidade dos municípios brasileiros, carece de recursos para atender os anseios de sua população. Um dos pontos críticos é o problema do "lixão" da cidade.

Com certeza a parceria entre o Governo do Estado e empresários chineses na modernização do Porto, poderá minimizar boa parte dos problemas da população paranaense.

#### REQUERIMENTO Nº 2417

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, solicitando urgência na regulamentação da Lei nº 13957 de 18.12.2002, que trata do parcelamento do IPVA, multas estaduais e taxas de estadia de veículos automotores devidas ao Detran/PR.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 2420

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao DER solicitando recape asfáltico do acesso do município de Cafeara à PR-340, numa extensão de 5,5 km, denominada PR-543.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 2421

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao DER solicitando restauração da rodovia que liga o município de Centenário do Sul a Mirassolva.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 2434

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. secretário de Estado da Comunicação Social, em razão de recorrentes denúncias envolvendo a Secretaria de Estado da Comunicação Social a respeito de desmandos nos gastos de publicidade e propaganda do Governo do Estado no ano de 2002, inclusive publicadas em jornal de circulação nacional (Folha de São Paulo), solicitando as seguintes informações:

1. Qual foi, em moeda corrente, o total de gastos em publicidade e propaganda do Governo do Estado do Paraná, no ano de 2002, incluindo a administração direta e indireta, secretarias, fundações, autarquias, empresas e demais órgãos que compõem a estrutura administrativa do Estado?

2. Qual foi o regime de execução desses gastos, mês a mês, levando-se em conta o destino detalhado dos recursos e o fato de que, por ser o referido exercício um ano eleitoral, impunha restrições a gastos durante o período de disputa de eleições?

3. Se foi observada a determinação legal que estabelece teto para gastos de publicidade e propaganda no último ano da administração, qual seja o de não ultrapassar o total dispendido no ano anterior ou a média dos últimos três anos, o que for menor?

4. Se, ao promover gastos em publicidade e propaganda, a Secretaria de Estado da Comunicação Social respeitou os limites observados na lei orçamentária de 2002, aprovada por esta Assembléia Legislativa? E, em caso contrário, em quanto o total foi ultrapassado e a partir de que autorização legal?

5. Quanto, do total gasto pela Secretaria de Estado da Comunicação Social em 2002, foi executado, de forma discriminada através de cada uma das agências que prestava atendimento ao Governo do Estado?

6. Se e quanto a Secretaria de Estado da Comunicação Social gastou, em 2002, na contratação de serviços da empresa Deiró Cine TV, sediada em Curitiba e qual o detalhamento dos serviços por essa empresa prestados?

7. Se e quanto a Secretaria de Estado da Comunicação Social gastou, em 2002, na contratação de serviços da empresa Fotoprint Fotolitos Gráficos, sediada em Curitiba e qual o detalhamento dos serviços por essa empresa prestados?

8. Se e quanto a Secretaria de Estado da Comunicação Social gastou, em 2002, na contratação de serviços da empresa Grupo Plano de Ação, de Pinhais, e qual o detalhamento dos serviços por essa empresa prestados?

9. Se e quanto a Secretaria de Estado da Comunicação Social gastou na contratação de serviços da empresa IPESP, de Recife, e qual o detalhamento dos serviços por essa empresa prestados?

10. Se e quanto a Secretaria de Estado da Comunicação Social gastou na contratação de serviços da empresa Ano Zero Comunicação, de Curitiba, e qual o detalhamento dos serviços por essa empresa prestados?

11. Se e quanto a Secretaria de Estado da Comunicação Social gastou na contratação de serviços da empresa Canal de Promoções e Eventos, de Curitiba, e qual o detalhamento dos serviços por essa empresa prestados?

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### REQUERIMENTO Nº 2423

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que firma este requerimento, valendo-se de suas prerrogativas vem REQUERER regimentalmente ao douto Plenário deste Parlamento para que aprobe a transcrição nos anais da Sessão Plenária do dia de hoje, da matéria noticiosa "Qualidade de Vida - Royalties, Agricultura e Tamanho de municípios favorecem evolução em ranking das Nações Unidas - interior luta para ultrapassar Curitiba - Índice de Desenvolvimento Humano de cidades pequenas já é parecido com o da Capital, apresentada no Caderno Paraná, do jornal Gazeta do Povo, do último dia 19 de outubro.

Caso aprovada a presente proposição, requer-se também que seja dada ciência da mesma ao senhor Silvestre Kühn, prefeito municipal e ao senhor Rudi Kunz, vice-prefeito do município de Quatro Pontes, à Rua Gaspar Martins, 560 - CEP 85940-000, ao senhor Elpídio Holzbach, prefeito municipal e ao senhor Reneu Backes, vice-prefeito de Entre Rios do Oeste, à Rua Paim, 891 - CEP 85988-000 ao senhor Edson Wasem, prefeito municipal e ao senhor Valdir Port, vice-prefeito, ambos de Marechal Cândido Rondon, à Rua Espírito Santo, 777, CEP 85960-000; ao senhor Dorival Moreira, prefeito municipal e ao senhor Ilbe Pandini, vice-prefeito de Maripá, à Rua Duque de Caxias - 837 - CEP 85955-000; ao senhor Ernesto de Giacometto, prefeito municipal e ao senhor Cilmar Roque Soligo, vice-prefeito de Palotina, à Rua Aldir Pedron, 898 - CEP 85950-000; ao senhor vereador Silvestre Rohden, presidente da Câmara Municipal de Quatro Pontes, à Rua Uruguaiana, 701 - CEP 85940-000; ao senhor vereador Paulo Vogt, presidente da Câmara Municipal de Entre Rios do Oeste, à Rua Maurício Cardoso, 755 - CEP 85988-000; ao senhor vereador Nilson Hachmann, presidente da Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, à Rua Sergipe, 647 - CEP 85960-000; ao senhor vereador Idemar Massaroli, presidente da Câmara Municipal de Maripá, à Av. General Canabarro, 579 - CEP 85955-000; e ao senhor vereador Ademar Santo Pierezan, presidente da Câmara Municipal de Palotina, à Praça Ipiranga s/nº - CEP 85950-000.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) ELIO RUSCH

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 638/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 2º - A Escola de Música e Belas Artes do Paraná - Embap e a Faculdade de Artes do Paraná - FAP ficam integradas em uma só autarquia, denominada Universidade de Artes do Paraná - UAP, vinculada ao órgão estadual responsável pela definição, coordenação e execução das políticas e diretrizes na área de Ensino Superior.

Parágrafo Único - A UAP terá sede e foro no município de Curitiba onde está jurisdicionada a Instituição Estadual de Ensino Superior que ora passa a integrá-la.

Art. 2º - A receita, patrimônio e dotações orçamentárias da Instituição Estadual de Ensino, de que se trata o artigo 1º, desta lei, ficam sob a titularidade da UAP.

Art. 3º - A estrutura organizacional básica e a definição de atribuições da UAP serão estabelecidas em Estatuto, bem como o Regimento Interno, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico,

serão elaborados com a participação das comunidades das atuais Instituições Estaduais de Ensino, referidas no *caput* do artigo 1º desta lei.

Art. 4º - Ficam criados, na UAP, os cargos de provimento em comissão de reitor e vice-reitor, símbolos DAS-3 a DAS-5, respectivamente.

§ 1º - O cargo de reitor e vice-reitor será criado a partir do corpo docente das Instituições (diretor e vice-diretor) de que se trata o artigo 1º desta lei, não ocasionando ônus para o Estado do Paraná.

§ 2º - Os demais cargos serão determinados em estatuto utilizando o organograma da estrutura administrativa das instituições integradas.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as providências organizacionais, administrativo-legais, patrimoniais de adequações de cargos, alterações orçamentárias e financeiras e outras que sejam necessárias à implantação da UAP.

Art. 6º - Revoga-se a Lei Estadual nº 13283, de 25 de outubro de 2001 e demais disposições em contrário.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) CARLOS SIMÕES

#### JUSTIFICATIVA:

A reivindicação da criação de uma Instituição de Ensino Superior de Arte em Curitiba surgiu no final do século XIX, com Mariano de Lima, que criou a Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná (1886). Foi um ideal perseguido tenazmente por Alfredo Anderson desde sua chegada no Paraná em 1903 até sua morte em 1937. Luta assumida pelos intelectuais, artistas e educadores da época. Em 1948, por intermédio da Sociedade Cultura Artística Brasília Itiberê, com participação da Academia de Letras, do Centro de Letras, do Centro Paranaense Feminino de Cultura, da Sociedade de Amigos Alfredo Anderson, do Instituto de Educação e do Colégio Estadual do Paraná, e outras instituições, foi fundada a Escola de Música e Belas Artes do Paraná (Embap).

Em 1951, a Embap passou a ocupar o atual prédio, hoje tombado pelo patrimônio histórico, à Rua Emiliano Perneta, 179, no centro de Curitiba.

Desde 1983, essa Instituição vem enfrentando problemas relativos à sua estrutura funcional e por várias vezes houve o intento de se fundir a Embap com a Faculdade de Artes do Paraná (Fap).

A Embap recebeu doações de renomados professores e artistas possuindo obras valiosas, que coloca o seu acervo entre os mais significativos do Estado. A Instituição conta com um grande acervo de instrumentos musicais e biblioteca especializada, oferecendo cursos de Bacharelado em Pintura, escultura, Gravura, Instrumento, Composição e Regência, Canto, Licenciatura em Música

e Desenho, todos reconhecidos pelos órgãos competentes. Desde 1991 oferece cursos de pós-graduação em Música e Artes Plásticas. É a única instituição do Estado que tem programas de extensão em música para crianças e jovens com cursos regulares.

A estrutura física, laboratórios, biblioteca já estão implantados. Portanto, a Universidade de Artes do Paraná não envolverá aumento significativo de recursos, visto que, na composição dos custos a principal despesa é atribuída à folha de pagamento do quadro docente e técnicos administrativos, que já estão sendo disponibilizados pelo Governo de Estado. da mesma forma por ser uma instituição universitária especializada, terá uma estrutura administrativa enxuta, não acarretando maiores dispêndios.

O Estado do Paraná construiu um invejável sistema estadual de ensino superior. Por que não consolidar esta posição de vanguarda, concretizando uma iniciativa técnica e economicamente viável, social e culturalmente relevante, inovadora, pioneira e inédita: a Universidade de Artes do Paraná.

#### PROJETO DE LEI Nº 639/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto Internacional de Prevenção às Drogas, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) NATÁLIO STICA

#### JUSTIFICATIVA:

O Instituto Internacional de Prevenção às Drogas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.478.121/0001-67, tem sua sede na Rua Saldanha Marinho, nº 382, na cidade de Curitiba-PR, é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, de caráter educacional e preventivo, sem fins lucrativos, que vem prestando importantes serviços sócio-comunitários através de prevenção ao uso de drogas à coletividade onde atua.

Em sendo assim solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de elevado cunho meritório.

#### PROJETO DE LEI Nº 640/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Os responsáveis por estabelecimentos e locais públicos ou privados de grande concentração de pessoas deverão ter pessoal treinado em suporte básico de vida, adquirir no mínimo um desfibrilador automático



externo (DAE) e mantê-lo disponível para uso das pessoas que por ali, transitam, no caso da ocorrência de uma parada cardíaca.

Art. 2º - Consideram-se estabelecimentos e locais públicos ou privados de grandes concentração e circulação de pessoas os seguintes:

- I - os aeroportos;
- II - os shopping-centers;
- III - os hipermercados;
- IV - os estádios de futebol e ginásio de esporte com capacidade superior a 1.000 (mil) pessoas.
- V - as instituições de ensino superior;
- VI - os clubes sociais e esportivos ou academias de ginásticas com concentração ou circulação superior a 1.000 (mil) pessoas/dia; e
- VII - os centros de eventos e exposições com concentração ou circulação superior a 1.000 (mil) pessoas/dia.

Art. 3º - Os estabelecimentos mencionados no artigo 2º desta lei, deverão manter, no mínimo 03 (três) funcionários, treinados para instruir manobras de Ressuscitação Cárdio-Pulmonar e estarem habilitados para uso do desfibrilador automático externo (DAE), conforme as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Nacional de Ressuscitação Cárdio-Pulmonar.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, sua forma de fiscalização e as sanções decorrentes ao seu descumprimento.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

#### JUSTIFICATIVA:

Saúde integral seria ausência de qualquer desconforto; é direito de todos e dever do Estado. Dever este garantido mediante políticas sociais e econômicas voltadas a redução do risco de doenças e outras vulnerações, assegurando o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção e proteção.

O pequeno aparelho médico denominado desfibrilador, pode, em inúmeros casos, salvar vidas de pessoas que após sofrerem uma parada cardíaco-vascular, teriam estimulado o coração fazendo-o a voltar a bater.

É determinação constitucional no artigo 196, da Constituição Federal, o direito à saúde e no artigo 197 ações e serviços de saúde, também inseridos estes direitos e deveres do Estado em nossa Constituição Estadual. Com a apresentação deste projeto de lei, pretendemos colaborar com as ações de política de saúde do governo do Estado.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei, ora apresentado.

## PROJETO DE LEI Nº 641/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado no âmbito do Estado do Paraná, o Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual;

Art. 2º - O Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual tem como objetivo primordial implantar uma política adequada que permita às vítimas, no mínimo;

I - Atendimento imediato, preferencial e especializado nas delegacias de polícia;

II - Encaminhamento imediato a atendimento hospitalar com atenção voltada para:

1 - coleta de material que permita, por meios científicos, a identificação do autor da agressão;

2 - Administração, para as mulheres, da “pílula do dia seguinte” buscando eliminar a possibilidade de gravidez indesejada;

3 - Coleta de exame de material visando eliminar a possibilidade de contaminação por DST e AIDS;

4 - Assistência médica especializada em caso positivo de contaminação;

5 - Assistência psicológica, extensiva à família da vítima;

Art. 3º - O Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual, terá em sua composição, a presença de, no mínimo:

- secretário de Estado da Justiça e da Cidadania;

- secretário de Estado da Saúde Pública;

- secretário de Estado da Segurança Pública;

- representante do Tutelar;

- representante da Sociedade com atuação na área dos direitos humanos.

Art. 4º - O Poder Executivo, no prazo legal, regulamentará a presente lei que entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) RENATO GAÚCHO

#### JUSTIFICATIVA:

Sabidamente o número de vítimas de abuso sexual tem aumentado. No Brasil há estatísticas que mostram que 7 crianças ou adolescentes sofrem abuso sexual a cada hora. É alarmante.

Infelizmente, por vergonha ou descobrimento das leis, a maior parte das vítimas não denuncia a violência a que foram sujeitas e, também não procuram ajuda médica ou psicológica deixando com esta atitude o agressor impune e fazendo novas vítimas.

Segundo informações o município de São Paulo já adota a política proposta nesta lei com resultados bastantes positivos para a população.

A existência de uma política adequada no âmbito do Estado do Paraná, com centros médicos credenciados, com certeza, dará um certo alívio para as vítimas de abuso sexual.

PROJETO DE LEI Nº 642/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Altera a redação do parágrafo 3º do artigo 1º da Lei nº 14.156/2003, conforme redação a seguir transcrita:

“Art. 1º - ...

...

...

§ 3º - O pedido de parcelamento deverá ser instruído com certidão da Procuradoria Geral do Estado que comprove o pagamento das custas processuais, devendo os honorários advocatícios serem pagos, parceladamente, em igual número de prestações concedidas para o pagamento do crédito tributário, na hipótese em que débitos inscritos em dívida ativa sejam objeto de ação para cobrança executiva”.

Sala das Sessões, em 22.10.2003.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

Na medida em que o contribuinte inadimplente, muitas vezes por razões estranhas a sua vontade e ditadas por questão de absoluta “sobrevivência” no mercado, precisará dispor, muitas vezes, de elevadas quantias para pagamento dos honorários advocatícios do patrono da causa, servidor público estadual, que já recebe mensalmente seu salário como defensor dos interesses do Estado, é justo que a importância que venha dispor para este fim, seja destinada ao pagamento do crédito tributário, o que eventualmente resultará até em maior amortização do crédito na parcela inicial, diminuindo o número das prestações restantes.

É de lembrar que a matéria “honorários advocatícios” da exclusiva competência legislativa da União, e sobre ela dispõe o Código de Processo Civil que fixa em 10% seu limite mínimo e em 20% do valor da causa, seu limite máximo, cabendo ao juiz competente arbitrá-los entre estes dois parâmetros.

Portanto, os honorários advocatícios não poderão ser diminuídos abaixo de 10% e tampouco elevados acima de 20%. Não obstante, poderão ser parcelados em tantas vezes quantas forem as parcelas concedidas para o pagamento do crédito tributário.

Nada mais justo!

E por quê? Porque a receita tributária decorrente do ICMS é a mais substancial e importante fonte de receita que dispõe o Estado para fazer frente aos pesados encargos de sua responsabilidade nas áreas social, educacional, da saúde, da moradia, da manutenção de rodovias

e tantas outras, sem mencionar a necessidade de expandir os investimentos nas mencionadas áreas.

Na forma proposta, os honorários advocatícios seriam integral e antecipadamente pagos e portanto, muito antes da extinção da ação para cobrança executiva do respectivo crédito, que somente ocorreria 12, 24 ou 36 meses após a formalização do acordo, ou seja, quando do pagamento da última parcela.

Por fim é de lembrar também que segundo dados muito conhecidos, não poucas vezes o contribuinte, após obter o parcelamento e a suspensão do curso do executivo fiscal, efetua o pagamento de apenas uma ou duas parcelas, e deixando de pagar as demais rescinde o acordo que firmou para o parcelamento de seus débitos. Isto obriga a Fazenda Pública a emitir novas certidões de dívida ativa, pelo respectivo saldo devedor, de modo a substituir as originais nos autos e então dar prosseguimento ao feito, cujos honorários, repita-se, já foram integralmente pagos, deixando, naturalmente, de representar o estímulo em que se consubstancia esta verba para os patronos da causa.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Conforme entendimento, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PL, PSL, PPS, PSB.

(Declinam)

Consulta a Liderança do PTB se fará uso do seu horário.

Com a palavra, o deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados.

O que nos traz a esta tribuna nesta tarde são alguns assuntos que gostaríamos de colocar nesta Casa.

Primeiro, estamos entrando com um requerimento nesta tarde, pedindo ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, que imediatamente regulamente a Lei nº 13.957 de 18/12/2002, que trata do parcelamento do IPVA, que já está parcelado, mais as multas estaduais e taxas de estadias de veículos automotores devidas ao Detran. Estamos nesta tarde solicitando aqui ao senhor governador que regulamente essa lei, senhor presidente, porque ela vai beneficiar inúmeros condutores, proprietários de veículos do Estado do Paraná que têm multas e estão andando irregularmente. Acabam se aventurando porque não têm condições de pagar as multas.

Então, existe uma lei, deputado Vanhoni, falta apenas a sua regulamentação. Isso vai beneficiar o Estado do Paraná, vai aumentar o caixa do Estado, porque parcelando essas multas e as taxas de veículos automotores, automaticamente, vamos ter mais dinheiro em caixa e ao mesmo tempo isso beneficiará as pessoas que poderão ter os seus carros em condições. Isso vai beneficiar muita gente.

Então, pediria à Liderança do Governo e ao governador, que cumprissem essa lei e fizessem imediatamente

a regulamentação das multas estaduais e taxas de estadias de veículos em pátios de delegacias e Detran do Paraná.

Por outro lado, senhor presidente, também estamos apresentando nesta tarde, uma indicação ao Exmo. Sr. governador do Estado, para que coloque em prática uma sugestão nossa que cria as frentes de trabalho e gera emprego para a terceira idade.

Existem muitas pessoas na faixa etária de 40 a 50 anos, que faltam três ou quatro anos para se aposentar e não têm como pagar essa quantia ao INSS.

Então, estou sugerindo aqui que o governo do Estado crie frentes de trabalho no Paraná, ajudando esses aposentados a conseguir esses últimos anos que faltam para se aposentar e receber para o resto da vida na previdência.

A minha sugestão é a criação de trabalho, o incentivo às empresas que contratarem esses aposentados. Com isso, automaticamente vamos gerar muitos empregos para as pessoas que ainda não conseguiram se aposentar. São velhinhos e senhores que precisam, às vezes, três anos para se aposentar e não têm emprego. Com isso, geráramos um pouco de trabalho, e se o Estado fizer as frentes de trabalho, eles poderão ir às associações de moradores, à escola pelo menos uma vez por mês fazer palestra, como ajuda às escolas para receber essa diferença para aposentarem.

Um projeto bonito e social. O governador, que sempre defendeu os mais humildes, precisa pensar nesse projeto que é de autoria de uma associação de velhinhos, da Casa da Irmã Dulce lá de Ponta Grossa, da Bernadete que me deu essa sugestão.

Estou colocando como indicação neste momento aqui nesta Casa. Por isso, solicito apoio dos deputados e que o governador olhe bem esse projeto.

E, para finalizar, presidente Stica, deputado Vanhoni, demais deputados, eu estava fazendo uma reflexão sobre os projetos que apresentei aqui em 95 e 96, quando fui deputado nesta Casa e depois renunciei, e encontrei lá um projeto maravilhoso que eu apresentei na época e acabou não saindo do papel. E vem a ser exatamente o projeto que o governador transformou em lei agora, no Paraná, chamado “Luz Fraterna”. Apresentei esse projeto em 19 de março de 1996, que autorizava o senhor governador do Estado do Paraná a instituir no consumo de energia elétrica, por contribuinte reconhecidamente carente de recursos econômicos, subsídio e isenção do ICMS até o consumo de 200 quilowatts.

Então, naquela época eu pedia 200! Naquela época o projeto não andou aqui e acabou não acontecendo! E agora o governador Roberto Requião transforma a idéia do deputado Jocelito, lá de trás, em projeto chamado “Luz Fraterna”!

Então, o “Luz Fraterna” foi criado pelo deputado Jocelito em 1996, na Sessão do dia 19 de março. Eu e o Requião, acho que temos algumas coisas iguais, mas o Lerner nem viu esse projeto e o Requião colocou para funcionar!

Muito obrigado, senhor presidente; muito obrigado, senhores deputados!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Ainda no Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PFL.

Com a palavra, o deputado Plauto Miró Guimarães, por cinco minutos.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Novamente na tribuna desta Casa para falar sobre a questão da soja transgênica. Estamos vendo em destaque, em todos os jornais do País, o que está acontecendo na divisa do Estado do Paraná com Mato Grosso, com São Paulo e com Santa Catarina, onde a fiscalização do nosso Estado está segurando todos os caminhões carregados de soja, para que possam nela fazer uma análise alegando que a Medida Provisória proíbe o transporte de soja transgênica no Estado do Paraná.

Primeiro, não é verdade! A Medida Provisória proíbe, sim, o transporte de semente de soja transgênica pelo nosso Estado do Paraná. Isso está proibido na Medida Provisória! Só que esses caminhões, que hoje já devem estar na casa de um mil e quinhentos a dois mil caminhões presos nas fronteiras dos estados com o Paraná, são caminhões que estão transportando soja, uma boa parcela dela para ser exportada pelo porto de Paranaguá, soja essa que não é semente de soja transgênica.

Então, está armada uma grande confusão na divisa do Estado, estamos vendo o Estado do Mato Grosso do Sul entrando com uma Ação de Inconstitucionalidade na Lei que está por ser sancionada no Estado do Paraná pelo governador do Estado, que é a lei estadual que aqui foi aprovada por esta Casa e que proíbe tudo, inclusive a exportação pelo porto de Paranaguá, e aqui no jornal Gazeta do Povo traz: “Gaúchos dizem que vão sair ganhando com a proibição do Paraná”. E é claro que vão, vão sair ganhando, sim! A soja do Mato Grosso vai ser exportada pelo porto do Rio Grande do Sul e também pelo porto de Santos. E a soja paraguaia, vocês sabiam, senhor presidente e senhores deputados, que há um acordo internacional entre o Brasil e o Paraguai, onde o Estado do Paraná firmou em conjunto esse acordo, dando a condição da soja, da produção paraguaia ser exportada pelo porto de Paranaguá e isso foi firmado em 1966 e vemos agora este acordo de décadas ser rompido pelo atual Governo, pelo Governador do Estado do Paraná.

Prejuízo vai trazer, sim, porque o porto de Paranaguá vai ter uma diminuição significativa na sua exportação de soja e vamos ver o Estado do Paraná perder. E, como eu citei desde o começo, tudo isso vai parar nos tribunais! O Mato Grosso do Sul, questionando a constitucionalidade dessa lei que a Assembléia Legislativa criou e outras tantas ações que vão acontecer da indústria, do comércio, de produtores rurais, entidades relacionadas, para poder permitir que a soja transgênica, se não plan-

tada no Estado do Paraná, possa ser exportada pelo nosso porto e assim por diante. Vamos aguardar, vamos ver o que acontece. E tenho certeza, lá na frente, vamos ver o governo do Estado do Paraná voltando atrás dessa decisão, porque essa decisão traz, sim, um grande prejuízo para o nosso Estado.

Muito obrigado!

Concedo um aparte ao deputado Elio Lino Rusch.

### O Sr. Elio Rusch

Deputado Plauto, ouço com muita atenção o seu pronunciamento, na Sessão de hoje, que traz à Assembléia Legislativa um assunto que nós já debatemos quando da apresentação do projeto, visando a proibição dos transgênicos no Estado do Paraná.

Naquela ocasião, V. Exa., como nós e diversos deputados se manifestaram e trouxeram uma grande preocupação que esse projeto, caso viesse a se tornar lei, traria para o Estado do Paraná.

Agora, o que nos causa muita estranheza, senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas, que é a lei que nós aprovamos na Assembléia Legislativa sequer foi sancionada pelo governador do Estado do Paraná! Nós já aprovamos a lei, o governador iria sancionar esta semana, conforme a imprensa, senhor presidente, parece que vai sancioná-la segunda-feira, enquanto que aqui no Paraná a Assembléia tem se manifestado contrário aos transgênicos: sobre transporte, comercialização, enfim, tudo isso que o projeto trouxe no seu bojo, o presidente da República, o Lula, forma uma Comissão, através de diversos ministérios, para estudar os transgênicos no Brasil.

Eu vi, hoje, ainda, na CBN, e trocando idéias agora, com o deputado Nelson Justus, chegamos à conclusão: o que estamos fazendo no Estado do Paraná! Em São Paulo, na semana que vem, vai ter o maior encontro, do mundo, de cientistas que vão avaliar, que vão discutir as coisas boas dos transgênicos. E aqui no Paraná, como nós já dizíamos, deputado Plauto, quando discutimos o projeto, nós estamos tornando o Paraná uma ilha!

Ora, vejam senhores deputados e senhora deputada Cida Borghetti, o que o Paraná fez? No governo passado foram investidos quase quinhentos milhões de reais para tornar o porto de Paranaguá competitivo. O de Antonina, deputado Plauto, estava fechado, estava abandonado, hoje é um dos portos mais modernos em plataforma para exportar congelados para o mundo inteiro. Nós dotamos o Paraná de infra-estrutura, através das rodovias, o governo do Paraná construiu a ponte em Guaíra, e eu tenho dito lá na minha região que o governo federal entrou como rio, o Mato Grosso entrou com o barranco e o governo do Estado entrou com o dinheiro para construir a ponte. Por que a Ponte de Guaíra? Para facilitar, exatamente, trazer a produção para o Paraná para que pudesse ser exportada via portos de Paranaguá e Antonina. Construiu-se a ponte em Camargo, nós lutamos, Nelson Justus, e V. Exa. que foi secretário dos Transportes no

Estado do Paraná, tem contribuído e muito para que o Paraná pudesse ser um Estado competitivo, principalmente através dos nossos portos. E agora vem o governador do Estado do Paraná, antes de sancionar essa lei dos transgênicos, já cria um problema seriíssimo.

Deputado Plauto, se não bastasse os espantos, que o atual governo está fazendo com os investimentos do Estado do Paraná, espantou uma indústria de papel que iria investir quase quinhentos milhões de dólares, espantou um consórcio dos Estados Unidos, da Bélgica, que queria fazer investimento de cento e sessenta milhões de dólares, aqui, no Afonso Pena, espantou a Renault que iria construir, fabricar o carro mundial do Brasil no Paraná. E agora o Governo do Paraná, através das suas ações, eu digo até impensadas, barra os caminhões que vêm trazer para o Paraná a produção de outros Estados e de outros países, e muito bem dito por V. Exa., com o Paraguai! Não é o Estado que vai legislar sobre isso, isso é o governo federal! O que estamos fazendo no nosso Estado? Será que temos que assistir a tudo isto calados, de braços cruzados, vendo a economia ir pelos ralos, no Estado do Paraná? Por tudo que nós fizemos pelo Paraná, os empresários, homens bem intencionados estão fazendo?

Ora, e os caminhoneiros? Aí eu pergunto: a maioria desses caminhoneiros que estão parados agora, levaram na sua carroceria dizendo o seguinte, na época da campanha, deputado Plauto, - Pedágio tem solução - vote Requião - e agora? O que o caminhoneiro vai fazer? A quem ele vai cobrar os dias parados? Do governo do Estado? Eu já disse desta tribuna e volto a afirmar de novo - este governo vai deixar o passivo muito grande para o Estado do Paraná.

Muito obrigado pelo aparte.

### O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Para concluir, senhor presidente.

Nós estamos vendo, estão aí as palavras do deputado Elio Rusch, a questão seriíssima acontecendo no nosso Estado, mas, pasmem, eu até agora não vi e vou buscar informações - será que a soja transportada pela rede ferroviária também está sendo fiscalizada? Ou só a que está sendo transportada pelas rodovias? No momento que se fecha a barragem entre um Estado e outro, fecha-se as rodovias, cria-se uma grande fila, e vem a mídia nacional trazer a posição do governo do Paraná com relação à questão dos transgênicos, chamando os holofotes para o nosso Estado e aqui pergunto, será que estão fiscalizando a soja transportada por trem? Eu deixo no ar!

Senhor presidente, senhores deputados, o que eu vejo realmente é um governo que está aí há praticamente dez meses, governo este que veio para acabar com muita coisa boa que o nosso Estado tinha e tem - está aí o curso de Medicina da nossa Universidade Estadual de Ponta Grossa. O governo acabou tudo, fechou as portas desse curso. Os bingos, os bingos da alegria dos idosos, lacrou as portas. A produção da super sopa que era produzida

dentro do Ceasa, e que era utilizada para alimentar todas as pessoas que frequentavam as entidades do nosso Estado do Paraná. Agora vai acabar com o porto de Paranaguá, proibindo a exportação de outros Estados, de outros países que por aqui saíam e eram exportadas - esses exportadores estão procurando outros portos em outros Estados.

E o pedágio? O pedágio que tanto falou na campanha eleitoral - ou baixa ou acaba - que logo que assumisse iria tomar esta posição - já foi jogado para o ano de 2005. E agora vemos que todos aqueles que apoiaram a proposta do famoso "Xô, pedágio" estão sendo penalizados pelo governador quando ele fecha as rodovias e deixa dias os caminhões parados nas divisas dos Estados.

Realmente, senhor presidente, senhores deputados, é o governo acabando tudo. É isto que estamos vendo no nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo horário destinado ao PSDB.

(Declina)

Próximo horário destinado ao PDT.

Com a palavra, o deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, eu subo à tribuna no dia de hoje para demonstrar a minha preocupação em relação à perda do poder econômico e cultural da cidade de Londrina.

Está aqui o jornal de Londrina de sábado: Londrina corre o risco de perder, em breve, o posto de terceira maior cidade da região Sul do país - Londrina, por muitos anos, três décadas pelo menos, anos 60, 70, 50, talvez, esteve na condição de capital mundial do café, foi um dos principais pilares da economia do Paraná e a partir da década de 70, com o declínio do ciclo cafeeiro, a matriz econômica do Estado começou a mudar - a agricultura buscou a diversificação e ampliou-se o horizonte agrícola, principalmente no Oeste do Estado, o processo de industrialização se intensificou, e isto trouxe melhorias sócio-econômicas para todas as regiões do Paraná.

Entretanto, a partir da década de 90, a concentração de investimentos na Região Metropolitana de Curitiba, sem o correspondente investimento nos centros urbanos do interior do Estado, como a Região Metropolitana de Londrina, deu início a uma deterioração das vantagens competitivas e principalmente dos índices de desenvolvimento humano nestas regiões. O resultado dessa política concentradora de investimentos na capital do Estado e no seu entorno, levou a um aumento de desemprego bem superior à média do Estado nos pólos regionais do interior e principalmente na região Norte, capitaneada pela cidade de Londrina e a consequência estamos assistindo agora, Londrina ostenta um dos maiores índices de violência do país.

Só para efeito de comparação, se tomarmos a região de Joinville, aqui próxima, no Estado de Santa Catarina, os dados são emblemáticos, e isto para nós é realmente bastante difícil de aceitar. No início da década de 90, Londrina tinha ao redor de 390.000 habitantes, enquanto Joinville pouco mais de 340.000, hoje a população das duas cidades está praticamente igual, diferença de 25.000 habitantes. Londrina, no início da década de 90, tinha um dos melhores índices de desenvolvimento humano do Estado do Paraná, ficando em 2º lugar, perdendo apenas para Curitiba. Hoje Londrina tem 170 assassinatos só este ano, e Joinville, neste mesmo período, apenas 40. Em consequência também disso tudo, Londrina caiu para a 16ª posição no ranking de desenvolvimento humano em termos de região metropolitana, no país, enquanto Joinville teve ascensão para 2ª colocação, neste mesmo ranking.

Estamos apresentando estes fatos, senhor presidente, para alertar o Governo do Estado para a necessidade de melhor direcionar os seus investimentos, principalmente na área de segurança e no estímulo à geração de empregos para inverter esta atual tendência e devolver a Londrina e a toda sua região um pouco do muito que ela já contribuiu para o desenvolvimento do nosso Estado.

Não queremos aqui concentrar todos os investimentos do Governo só para Londrina, não, esse seria um erro estratégico que foi cometido no Governo passado que privilegiou Curitiba e região metropolitana e hoje Curitiba sofre as consequências drásticas com problemas seriíssimos na área do meio ambiente, na área habitacional e principalmente na insegurança, já que este mesmo mal, o da violência que afeta Londrina, numa proporção ainda maior.

Aliás, deputado Antonio Anibelli e membros da bancada que sustenta o governo atual, eu que diversas vezes subi a esta tribuna para criticar a política de segurança do Estado, agora subo aqui para elogiar o secretário Luiz Fernando Delazari, que transferiu uma extensão da Secretaria da Segurança Pública do Estado para Londrina, e está despachando na cidade a cada quinzena ou a cada semana.

Nesta oportunidade eu também gostaria de chamar a atenção dos nossos colegas que representam a Região Metropolitana de Londrina, infelizmente a deputada Elza Correia e o deputado André Vargas não se encontram aqui, mas o deputado Durval Amaral, que representa a região metropolitana, a cidade de Cambé, também o deputado José Maria Ferreira, que agora não está no plenário, mas que todos concentrássemos aqui esforços no sentido de que possamos trazer esta discussão à baila e dar a Londrina e região metropolitana a compreensão da importância que ela realmente merece e necessita.

Nós temos que tratar todas essas questões de forma coletiva, não adianta mais tratar isoladamente, a questão do lixo, do meio ambiente, da segurança, e do urbanismo,

afetam não apenas uma cidade mas todas as que fazem parte desse pólo.

Gostaria também de fazer um apelo. Encaminhei aqui a esta Casa um requerimento solicitando urgência para o governador Roberto Requião para desengavetar a criação da Região Metropolitana de Londrina. Sabemos que Curitiba tem uma Secretaria Especial criada por ele, Secretaria de Assuntos Metropolitanos. Não queríamos criar uma despesa para o governo, mas gostaríamos que Londrina fosse aquinhoadada da forma como merece e necessita, já que arrecada muitos impostos. E a Região Metropolitana de Londrina, como Cambé, Iporã, Rolândia, Arapongas, Jataizinho, Uraí, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Sertãozinho, num raio de 70 quilômetros já tem 1 milhão de habitantes. Esses municípios merecem mais atenção.

Sabemos do volume de investimentos que vemos na região da Comec, por exemplo, que é do desenvolvimento de Curitiba. Gostaríamos de ter esse respeito também. Já no mês de julho, encaminhei solicitação para o senhor chefe da Casa Civil, Caio Quintana; e para a senhora secretária de Estado do Planejamento, Leonora Bonatto Fruct, e até agora não obtivemos resposta.

Deputado Durval Amaral, não podemos mais continuar nessa política autofágica de um puxa para lá e outro puxa para cá. Vamos trabalhar juntos, se possível inclusive assinar emendas conjuntas para beneficiar a Região Metropolitana de Curitiba.

Era esse o meu pronunciamento, e gostaria que o senhor governador Roberto Requião desengavetasse essa questão da formação da Região Metropolitana de Londrina, para que possamos ter todos os benefícios que a lei prevê.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo horário destinado ao PT. Com a palavra, o senhor deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, senhores deputados.

É uma honra falar, aqui, em nome da Liderança do PT.

O orador que me antecedeu fez um excelente elogio ao secretário da Segurança. Recentemente o Governo do Estado assinou o SUSP - Sistema Único de Segurança Pública, ele quer trabalhar a segurança de maneira firme e determinada, aqui no Estado.

Mas, quero dar uma notícia positiva, inclusive na Gazeta do Povo no dia de hoje:

#### **“Indústria do Paraná confirma crescimento**

Os diversos indicadores mostram que a indústria de transformação paranaense acumula números bastante positivos nos primeiros oito meses do ano, favorecida principalmente pela agroindústria e pelas exportações. O grande destaque é o número de empregos, que cresceu 5.59%, nos oito primeiros meses de 2003, representando

a abertura de 22.870 postos de trabalho, dos quais 93% no interior do Estado.

Outro indicador importante para avaliar o desempenho da indústria é a produção, que apresentou variação positiva de 2,89% na comparação com os oito primeiros meses de 2002 e 4,64% nos últimos 12 meses. Já as exportações cresceram 36,04% em agosto em relação a julho e 39,77% no período de 12 meses.

Os dados foram divulgados ontem pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), através do escritório do Paraná. De acordo com explicação do supervisor técnico do Dieese/PR, economista Cid Cordeiro, o desempenho positivo da indústria do Paraná demonstrado pelos indicadores está atrelado ao comportamento da agroindústria e ao crescimento das exportações.

#### **Emprego**

Em agosto o emprego apresentou aumento de 0,5% sobre o mês de julho, com a criação de 2.157 vagas no mercado formal. Os subsetores industriais que se destacaram em termos absolutos foram têxtil e vestuário (1,25%, 747 vagas); alimentação e bebidas (0,56%, 637 vagas); química (1,26%, 414 vagas); e madeira e mobiliário (0,36% 271 vagas). Houve queda no número de vagas ofertadas na indústria metalúrgica (-0,66%, - 167 vagas); material de transporte (-0,37%, - 79 vagas) e mecânica (-0,12%, - 27 vagas).

Segundo Cid Cordeiro, o Paraná é o quinto Estado do Brasil em crescimento do emprego industrial em relação a percentuais, e o segundo considerando-se o número de postos de trabalho gerados, perdendo apenas para São Paulo, que é um Estado de perfil industrial tradicional.

Dos 22.870 postos de trabalho criados entre janeiro e agosto deste ano, 21.314 ficaram com o interior (aumento de 7,77% em relação a igual período de 2002). A região metropolitana de Curitiba apresentou a criação de 1.556 empregos, uma elevação de 1,16%.

Os subsetores industriais que mais geraram empregos foram alimentação e bebidas (12.938 vagas; vestuário e têxtil (3.674); madeira e mobiliário (2.245); química (1.550); material de transporte (1.360) e mecânica (1.232). Isso significa que apenas os três primeiros subsectores foram responsáveis por 82,5% (18.857 vagas) dos empregos gerados nos oito primeiros meses do ano.

Apesar das boas notícias, os salários dos trabalhadores na indústria paranaense, continuaram com queda. Em agosto a variação foi negativa em 3,05%. No acumulado do ano a queda registrada foi de 8,3% e nos 12 meses -5,32%, resultado da elevação da inflação no segundo semestre de 2002.

#### **Produção**

A produção industrial em agosto registrou aumento de 1,42% sobre julho. Na comparação com igual mês do ano anterior a alta foi de 0,17%. No acumulado do ano (janeiro/agosto) comparado com igual período do ano anterior o aumento foi de 2,89%.

De acordo com os dados do Dieese, os subsetores da indústria que se destacaram no aumento da produção em agosto foram borracha (39,13%); material elétrico e de comunicação (29,03%); couros e peles (22,60%); mecânica (17,85%) e metalúrgica (11,99%). Tiveram queda produtos de materiais plásticos (-17,99%); perfumaria, sabões e velas (-11,64%); fumo (-6,97%); têxtil (-5,86%); e papel e papelão (-4,93%).

As exportações da indústria apresentaram elevado aumento no valor exportado nos primeiros oito meses do ano de 2003. Entre janeiro e agosto a alta foi de 39,77% e em 12 meses o crescimento foi de 39,64%. As exportações da indústria do Paraná somente em agosto em relação a julho tiveram incremento de 49,91%, com destaque para o complexo soja, carnes industrializadas e veículos.

Mirian Gasparin

#### INDICADORES DA INDÚSTRIA

##### Emprego

Variação em agosto	0,50%
Acumulado janeiro/agosto	5,59%
12 meses	4,81%

##### Contratações de Janeiro a Agosto

Paraná	22.433
Região Metropolitana	1.556
Interior do Estado	21.314

##### Setores Industriais que mais geraram emprego no ano (número de vagas)

Alimentos, bebidas e álcool etílico	12.938
Vestuário e têxtil	3.674
Madeira e mobiliário	2.245
Química	1.550
Material de transporte	1.560

##### Exportações da Indústria

Variação de janeiro a agosto	39,77%
12 meses	39,64%
Agosto em relação a julho	36,04%

##### Produção Industrial

Agosto em relação a julho	1,42%
Acumulado janeiro a agosto	2,69%
12 meses	4,64%

#### Consumo de Energia

Agosto em relação a julho	-1,35%
Janeiro a agosto	-5,22%
Fonte Dieese/PR	

93% dos empregos industriais criados no Paraná em agosto estão nas empresas do interior do Estado”.

Também está nos jornais de circulação nacional, que o Departamento de Indústrias de São Paulo - FIESP, os dados desta entidade também apontam um crescimento gradativo da economia. O país volta a crescer. E aqui no Estado não está sendo diferente, porque as coisas estão melhorando. E para reforçar a argumentação nossa com relação à medida do governador - que deve ser sustentada hoje, quero dizer que existe a Lei 10688 e estamos apenas fazendo com que esta lei seja cumprida. O artigo 1º, parágrafo 5º e o artigo 4º da Lei 10688 diz que é preciso ter a rotulagem, a certificação da safra de soja transgênica. Por isso, o que o governo faz é prevenir, para sabermos se está sendo esmagada soja transgênica, aqui, no Estado. Então é uma medida certa, que faz com que se cumpra a Lei 10688. Nós inclusive vamos - com essa medida, fazer com que a lei de rotulagem, a lei de biossegurança no país seja melhor acertada, porque tudo isso é fruto de uma ampla discussão, desta Casa, que, com certeza, com este debate que está havendo com relação à transgenia, a legislação com relação ao tema será a melhor possível.

Acredito que esta é uma medida sensata.

Senhor presidente, senhores deputados, quem sairá ganhando no final de toda essa luta será, com certeza, o consumidor. Não podemos brincar com o consumidor. Quem sairá ganhando com essa luta toda, a médio e longo prazo, será o governo do Estado, também, com a ampliação das suas exportações. Porque temos hoje restrições com toda certeza dos OGM's no mercado internacional, e o Paraná tem batido todos os recordes de exportações e vai bater ainda muito mais recordes.

Para finalizar quero dizer o seguinte: este governo está acabando com a corrupção. Onde há um indício de apontamento de corrupção, que seja apontando aqui, neste plenário, que vamos apurar detalhadamente. O que ocorreu no governo passado nós temos clareza, têm várias CPI's que tramitam e que estão sendo investigadas profundamente. Somos sabedores da vontade política deste novo governo, e com o apoio do PT, faremos com que realmente se acabe com a corrupção no Estado e se melhore a segurança pública, a saúde pública e os itens principais que são ligados aos agronegócios que tanto defendo.

Na tarde de ontem foi anunciado pelo Governo do Estado o Decreto 1934. Esse decreto dá uma sinalização de o quanto este governo está preocupado com a geração de emprego e com o pequeno produtor. Esse decreto dá

isenção da industrialização dos produtos agrodezenais do ICMS. Isso dá uma dimensão de quanto se gerará de emprego de forma indireta e aí sim os produtos agroindustriais serão vendidos diretamente nos mercados onde já há essa parceria com a Apras do Paraná.

Isso sim, é uma visão estratégica de governo que quer, realmente, atender os mais pobres, atender o pequeno produtor e em parceria com o setor produtivo do Estado do Paraná, com a Associação dos Supermercados e com o segmento produtivo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Gostaria de registrar a presença do presidente do PP de Curitiba, senhor Alberto Kraus.

No Horário da Liderança da Oposição, com a palavra o deputado Durval Amaral.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Senhor presidente, senhores deputados.

Ouvi atentamente o pronunciamento do deputado Elton Welter falando sobre o desenvolvimento econômico e o crescimento da indústria do Paraná, neste ano. Claro que por mais maravilhoso que possa ser o milagre, o desenvolvimento econômico e industrial do nosso Estado não se deve, efetivamente, às ações neste ano, pelo governo do Paraná. Isto é resultado de toda uma ação ao longo de oito anos de um governo que priorizou o desenvolvimento econômico do nosso Estado, o industrial, enfim, gerando empregos, rendas, desenvolvimento econômico.

Com certeza isto é inquestionável e ninguém pode negar: isto se deve às ações do Governo anterior. As ações que trouxeram a Renault, a Audi, a Volkswagen, consolidaram indústrias em todo o Estado do Paraná, no Norte do Paraná e hoje diferentemente graças ao equilíbrio de alguns e desequilíbrios de outros. O que nós estamos presenciando é um verdadeiro conflito de interesses entre a iniciativa privada e o governo do Estado, principalmente entre aqueles empresários que vieram ao Paraná, implantaram as suas indústrias e tiveram, ao longo desses quase onze meses de governo, mudanças significativas dos protocolos firmados, são contratos firmados entre a iniciativa privada e o governo. Algumas empresas tiveram mais sorte, outras menos. Por exemplo, a Renault, que aqui está instalada, simplesmente diante da incerteza, não fabrica no Paraná o seu carro mundial. Sorte igual não teve por exemplo, a Norski, que é uma indústria que vinha para o Paraná com investimento de 500 milhões de dólares, para fabricar papel, um papel diferenciado, no Estado do Paraná. Se não me engano, deputado Plauto, Jaguariaíva, papel jornal 1.500 empregos diretos.

E por que eles não vieram? Nós aprovamos aqui, sob a nossa liderança, deputado Elio, uma lei que dava condições diferenciadas na cobrança e principalmente no crédito de ICMS, para que essa empresa se instalasse no

Paraná. Aliás, foi objeto inclusive de mudanças na Legislação Federal do IPI. Um acordo do governo do Paraná com o governo Federal, para que essa indústria viesse para o Paraná, e o governo que aí está, disse não! Não haverá diferenciação! Ou seja, essa indústria que fabricaria papel para imprensa, não só para o Paraná, mas para o Brasil, não se instalou aqui. Um prejuízo total para o nosso Estado.

Nós estamos vendo a todo momento, empresários que deveriam, efetivamente no 49º da dilação de prazo de ICMS, pagar apenas 25% do ICMS, postergando outros 75%, sendo obrigados a depositar na Justiça, sendo obrigados a depositar administrativamente ou perdendo os seus benefícios, causando prejuízos para suas atividades econômicas.

Existe inclusive uma indústria específica, aqui do Paraná, de um ramo específico de madeira, que por ela estar localizada na Região Metropolitana de Curitiba ela perdeu todo e qualquer benefício. Duas outras indústrias do mesmo ramo, localizadas em outras regiões do Estado têm o benefício. Se o governo não revir imediatamente a sua ação na economia, certamente essa empresa estará fadada a fechar, não se tornar competitiva.

E agora o que os estamos vendo e o Brasil está vendo, é o Paraná dizendo - eu não quero a soja do Mato Grosso, não quero do Estado de São Paulo, não quero a soja de outros Estados, ou do Paraguai. Por quê? Por uma postura ideológica, criando barreiras, criando obstáculos, trazendo prejuízos para o Estado do Paraná.

Com toda certeza, o Rio Grande do Sul, com toda certeza o porto de Paranaguá agradecem, com toda a certeza lá em Santa Catarina. Já falam que em Santa Catarina não precisa de secretário da Indústria e Comércio, porque o grande secretário de Indústria e Comércio de Santa Catarina é o governo do Estado do Paraná, porque para cá não tem vindo mais investimentos industriais, gerando emprego e riquezas em nosso Estado! Estão, sim, indo para o Estado de Santa Catarina. E agora, nessa discussão dos transgênicos, nós estamos tendo prejuízos sensíveis na economia do Estado do Paraná, e serão cada vez maiores, e nós temos que alertar que, se o Estado do Mato Grosso já está entrando com uma ação direta de inconstitucionalidade contra, inclusive o Zeca do PT, porque ele é governador do PT, vai propor uma ação direta de inconstitucionalidade contra o projeto que nós aprovamos nesta Casa de Leis, dos transgênicos, da proibição do trânsito dos transgênicos.

Eu falava, o Elio, o Plauto falavam e outros parlamentares aqui falavam, nós temos que ter o bom senso e o equilíbrio de saber que existem leis que pegam e existem leis que não pegam. O pior é que existem leis que querem fazer pegar na marra, parando os caminhoneiros nas estradas.

Mas, quem é que paga as prestações dos caminhoneiros? Quem é que paga a prestação do caminhão no final do mês? Por que se discrimina, deputado Stica, com o alto senso de justiça que tem V. Exa. se discrimina o



motorista do caminhão e não param as locomotivas que efetivamente transportam soja transgênicas ou não?

Por que dois pesos e duas medidas: por que a Rede Ferroviária continua transportando a soja? Não vem ao caso, acho que não só ela deveria transportar, mas os caminhoneiros também, por que o pobre do caminhoneiro tem que ser penitenciado, tem que fixar 3, 4 dias uma semana na estrada e, efetivamente, os ferroviários ou o que é transportado pelas ferrovias, que não é pouco volume, esse continua transitando sem nenhum tipo de dificuldade? Será que existe algum tipo de interesse econômico ou escuso por trás disso?

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Presidente, só para ilustrar: saiu agora uma informação que está chegando às minhas mãos, que o secretário da Agricultura do Estado de Santa Catarina deixou claro que a posição do Governo de Santa Catarina é não proibir os transgênicos, naquele Estado. Tomaram a posição hoje, e está na imprensa. Está chegando na minha mão tudo aquilo que o Secretário falou na Rede CBN de Rádio do nosso país.

Muito obrigado!

**O S. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Com a palavra, pela Liderança do Governo, deputado Ângelo Vanhoni.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Senhor presidente, apenas para reparar uma informação dada pelo deputado Durval Amaral, a respeito da questão da transgenia.

É verdade que o governo do Estado está fazendo o processo de investigação sobre a origem da soja transgênica e se é um componente transgênico ou não. Soja vindo do Mato Grosso e na fronteira com o Estado de São Paulo. Há suspeitas e há evidências que as sementes estavam sendo transportadas em sacas nos caminhões que foram apreendidos, nessas duas barreiras. Isso já está comprovado.

O governador do Estado do Mato Grosso, eu acho que inadvertidamente e de maneira equivocada, ventitou pela imprensa, permitiu que a sua assessoria de comunicação e jurídica difundisse pela imprensa do Brasil inteiro, que estaria entrando com uma ação de inconstitucionalidade ao governo do Estado do Paraná.

Acontece que a Secretaria da Agricultura do Paraná está fazendo o processo de investigação, amparada pela Medida Provisória. A lei do Estado do Paraná ainda não está em vigor, deverá ser sancionada na segunda-feira ou terça-feira, da semana que vem. Mesmo a lei que nós aprovamos não diz respeito a nada com relação ao transporte da soja transgênica. Nós aqui travamos o debate e é permitido que agricultores do Rio Grande do Sul, que plantam soja transgênica, se quiserem transportar para o Estado do Paraná e embarcar no porto de Santos, poderão assim o fazer pela nossa legislação.

Agora, a medida provisória dá amparo à Secretaria da Agricultura, para que as sementes de soja que estejam sendo transportadas de unidades da Federação, não aconteça. Por isso, o governo do Estado está fazendo esta fiscalização.

É incabível a ação de inconstitucionalidade por parte do governador do Mato Grosso, porque o Estado do Paraná não fez essa legislação, quem a fez foi o Governo Federal, através de Medida Provisória.

Se é semente ou se não é semente que está sendo discutido lá na fronteira, essa é uma discussão que compete à Secretaria da Agricultura a dirimir para nós junto aos produtores e as cooperativas, com aqueles que estão transportando essa mercadoria.

Eu, sinceramente, não tenho condições de trazer essa informação ao Plenário.

**O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)**

Ouvi com muita atenção o líder do Governo, Ângelo Vanhoni. V. Exa. disse que a preocupação do Governo do Estado é em relação ao transporte de possíveis sementes vindas para o Estado do Paraná.

Não sou transportador e não entendo, mas pelo conhecimento que tenho, todo caminhão que transporta qualquer produto deve ter um romaneio de destino, da origem da mercadoria e para onde vai. A maioria desses caminhões que estão retidos hoje nas divisas entre Paraná, Mato Grosso, São Paulo e Santa Catarina, seus destinos são o porto de Paranaguá. Devem ter uma nota fiscal e um romaneio que acompanha a carga. Em cima desse romaneio, deve dizer se é semente ou produto para indústria ou para exportação.

A informação que levaram a V. Exa. não condiz exatamente com aquilo que acontece.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 113/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente, sugerindo a criação do Programa Estadual da Melhor Idade, vinculado à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, com o objetivo de criar frentes de trabalho e também promover e incentivar a contratação no mercado de trabalho de pessoas que estejam próximas da aposentadoria. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Indicação nº 114/2003, de autoria do deputado Renato Gaúcho, constante do expediente, propondo ao governador do Estado do Paraná a adoção de medidas que viabilizem o Governo do Estado a cumprir e fazer cumprir o Estatuto do Idoso. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Indicação nº 115/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo a inclusão do produto classificado na posição 1902 da NBM/SH, na Lei nº 13.214, de 29/06/2001. **À Comissão de Finanças.**

Projeto de Lei de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Natálio Stica, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2416, de autoria dos deputados Marcos Isfer, Arlete Caramês, Ratinho Júnior e Waldir Leite, constante do expediente, comunicando que, por deliberação dos deputados da Bancada do Partido Popular Socialista - PPS, a partir desta data passa a responder pela Liderança do PPS nesta Casa de Leis, o deputado Marcos Isfer. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/2003, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no município de Sarandi. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.**

**Aprovada a emenda.**

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 433/2003, de autoria do deputado Waldir Leite e outros, que concede título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Sra. Chieko Aoki. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, que institui o serviço voluntariado no Estado do Paraná, mais especificamente nas fileiras da Polícia Militar e Polícia Civil, com aproveitamento dos reservistas das Forças Armadas do Brasil.

**PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18/02/2003)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 019/2003

##### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 019/2003, de autoria do senhor deputado Delegado Bradock, tem por desígnio instituir o serviço voluntariado no Estado do Paraná, mais especificamente nas fileiras da Polícia Militar e Polícia Civil, com aproveitamento dos reservistas das Forças Armadas do Brasil.

A justificativa que dá azo à convalidação em lei do projeto ora sopesado alude que uma alternativa para conciliar a falta de contingente das Polícias Militar e Civil com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que dificulta ao Estado o aumento dos efetivos de ambas as corporações, seria a regulamentação do serviço voluntariado nos termos em que dita o referido projeto de lei. Ademais, deve-se ressaltar que o ponto principal deste projeto será a valiosa relação que existirá entre Estado e cidadão, tendo em vista que, ao mesmo tempo que o Estado lucra tendo seu efetivo policial aumentado, o cidadão ganha tendo vantagens para futuros concursos públicos para ingresso nos quadros da Polícia Militar ou Civil.

Diante da situação ora gizada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, fazendo fulgurar que se segue o procedimento apropriado para tal intento.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 19.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 019/2003

##### P A R E C E R :

O presente plano de lei é da lavra do ilustre deputado Delegado Bradock, e tem por escopo instituir o serviço voluntariado no Estado do Paraná, mais especificamente nas fileiras da Polícia Militar e Polícia Civil, com o aproveitamento dos reservistas das Forças Armadas do Brasil.

Como podemos observar, a Comissão de Constituição e Justiça já emitiu, quanto à constitucionalidade, o devido parecer favorável.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33 em seu parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende este relator que alguns pontos devem ser ressaltados, como por exemplo: tal proposta vem ao encontro da política do Governo do Estado, quando este fala em primeiro

emprego. Com relação às despesas que o erário terá, devemos realçar que serão bem inferiores, se formos comparar com um concurso público por exemplo.

Desta forma, emitimos nosso parecer favorável à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**PROJETO DE LEI Nº 019/2003**

**P A R E C E R :**

**Relatório**

Institui o serviço voluntariado no Estado do Paraná, mais especificamente nas fileiras da Polícia Militar e Polícia Civil, com aproveitamento dos reservistas das Forças Armadas do Brasil.

**Fundamentação**

Diante da onda preocupante da violência que assola nosso país e nosso Estado, das dificuldades dos Governos Federal e Estadual em combater a insegurança, por falta de recursos; a possibilidade de um aumento no número de agentes de segurança é uma necessária e urgente medida para possibilitar ao Estado salvaguardar a segurança da população.

**Conclusão**

Desta forma, este deputado é favorável ao projeto proposto e esperamos que o Governo o coloque em prática.

Sala das Comissões, em 14.10.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Marialva, imóvel de sua propriedade conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. SUBSTITUTIVO GERAL DA COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 007/2003, de 18/03/2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 123/2003**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Marialva, imóvel de sua propriedade conforme específica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.2003.

(a) HERMES FONSECA - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**PROJETO DE LEI Nº 123/2003**

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 123/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por desígnio autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Marialva, imóvel de sua propriedade conforme específica.

Deve-se aclarar que o projeto de lei encontra-se formalmente em consonância com os quesitos exigidos para a doação de imóveis. Ademais, devemos evidenciar que trata-se de doação que trará inúmeros benefícios à população, tendo em vista que neste local será instalada a Biblioteca Pública Municipal.

Diante da situação ora gizada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável, em vista da possibilidade financeira dessas medidas.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 17.09.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,**  
**TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**  
**PROJETO DE LEI Nº 123/2003**

**P A R E C E R :**

Trata-se de projeto autorizatório de doação de imóvel do Estado para um município paranaense, como muitos outros apresentados nesta legislatura, por iniciativa de parlamentares. Sempre entendemos que a iniciativa, obrigatoriamente, nestas hipóteses teria de partir do Executivo, porém a legalidade do projeto já foi apreciada e aprovada pela Comissão de Redação e Legislação.

Também propugnamos em pareceres anteriores nesta Comissão, no sentido de primeiramente diligenciar junto ao Executivo Estadual sobre o seu interesse nesses imóveis, objetos de intempestivos projetos autorizatórios, fundamentando a nossa precaução no sentido de que a eficácia da proposição, por mais justa que seja, depende da vontade da Administração, uma vez que não vislumbramos a possibilidade deste Legislativo em poder tornar prática uma alienação, onerosa ou não, de um imóvel, mesmo com a existência de uma lei estadual dispondo para tanto. Daí entendemos ser inócua uma lei autorizatória que não seja de interesse do Executivo.

Todavia, somos de parecer favorável, mesmo sem as diligências acima, considerando os fatos do caso em

concreto, conforme demonstram os documentos acostados à presente proposição onde se extrai que:

a) O imóvel descrito na proposição, doado no ano de 1984 pelo município de Marialva ao Estado do Paraná, conforme cópia da matrícula do imóvel em anexo aos autos, com a finalidade, na oportunidade, deste construir no mesmo local o Fórum da Comarca. A lei municipal de Marialva, de nº 1.152/1984, anexo à proposição que autorizou o Executivo a doar o imóvel ao Estado, estipulou, em seu artigo 2º, a reversão ao patrimônio municipal, em caso de mudança de sua destinação.

b) O Estado efetivamente construiu no local um prédio, com área edificada de 340,00 m2, que obrigou o Fórum da Justiça Estadual daquela Comarca. Porém, já no ano de 1988, iniciou-se na cidade a construção de um novo Fórum, o que motivou um pedido formal, ainda naquele ano, por parte do prefeito municipal de Marialva, solicitando fosse retrocedido o imóvel, a fim da prefeitura instalar no local a Biblioteca Pública do município. O pedido não foi atendido na época, ao que consta dos registros nos autos, em razão do novo prédio do Fórum não ter sido concluído, tendo ocorrido paralisação da obra.

c) Somente no ano de 1999, após a instalação do Fórum da Justiça Social em seu novo endereço, o mencionado imóvel foi cedido pelo Estado do Paraná ao município de Marialva, com a promulgação da Lei Estadual nº 12.813, onde ficou estipulada apenas a cessão do bem até o dia 31 de dezembro de 2000, com a possibilidade de prorrogação por mais quatro anos, e com o destino específico para o município de Marialva construir e instalar a Casa de Cultura do município. A cessão é de caráter precário, podendo ainda tornar-se sem efeito, em caso utilização para outros fins, tendo a Coordenadoria do Patrimônio do Estado formalizado com o município de Marialva, o termo de Cessão nº 008, de 08 de maio de 2000.

d) O presente projeto de lei é decorrente de um pedido encaminhado pela administração municipal de Marialva no sentido de que a Cessão seja substituída pela Doação, dando a posse definitiva, assim como a propriedade do imóvel àquela municipalidade, que pretende utilizá-lo como sede da Biblioteca Pública do município de Marialva.

Assim, ante a existência de lei estadual que já cede o referido imóvel ao município de Marialva, ainda que dê prazo determinado, a presente proposição autoriza o Estado a dar uma solução definitiva, liberando o município a fazer todas as melhorias necessárias e possíveis no referido prédio, inclusive ampliação, se e quando assim entender, com o fito exclusivo de instalar a Biblioteca Pública de Marialva.

A única reparação que fazemos aos termos da redação do projeto é quanto à revogação que está assim redigida:

“Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Como a Lei Complementar nº 95, dispõe que as revogações devem indicar expressamente as leis ou disposições legais revogadas, e considerando que a norma ora em votação substituirá a lei que autorizou o Executivo Estadual a ceder o imóvel em objeto, apresentamos a seguinte emenda substitutiva:

“O artigo terceiro passará a ter a seguinte redação:  
Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 12.813, de 21 de dezembro de 1999”.

#### Conclusão

Destarte, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 123/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel, que especifica, para o município de Marialva, com a emenda substitutiva em anexo.

Sala das Comissões, em 14.10.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
ELTON CARLOS WELTER - Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES EMENDA SUBSTITUTIVA DO RELATOR DO PROJETO DE LEI Nº 123/2003

O artigo 3º passará a ter a seguinte redação:

“Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada a Lei nº 12.813, de 21 de dezembro de 1999”.

Sala das Comissões, em 14.10.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
ELTON CARLOS WELTER - Relator

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 329/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a interrupção do fornecimento de água e energia elétrica pelas concessionárias e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 044/2003, de 04/06/2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 329/2003

#### P A R E C E R :

Trata-se de proposição legislativa apresentada pelo nobre deputado Mauro Moraes, destinada a vedar às concessionárias de serviços públicos de água e energia elétrica do Estado a interrupção do fornecimento, motivada por inadimplência, a pequenos consumidores e aos consumidores comprovadamente desempregados.

Nesta Comissão de Constituição e Justiça, o nobre deputado relator Elton Carlos Welter, proferiu voto desfavorável ao projeto, sob o fundamento de que: “Compete privativamente à União legislar sobre... V - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.”

Apresentei voto divergente discordando do entendimento, que prevaleceu ante os nobres colegas que integram esta Comissão de Constituição e Justiça, motivo pelo qual fui designado relator.

A proposição, isto é nítido, não versa sobre águas ou sobre energia, propriamente, na medida em que não cria nem modifica nenhuma forma de exploração desses recursos naturais.

Trata a proposição da interrupção do fornecimento dos serviços respectivos, ou seja, de direitos dos consumidores de tais serviços.

O artigo 22 da Constituição Federal, que fixa os casos de competência legislativa privativa da União, nada alude acerca dos direitos dos consumidores.

Já o artigo 24 da Carta Magna, que trata da competência legislativa concorrente da União e dos Estados, em seu inciso VIII, arrola dentre tais hipóteses, responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Nesse caso, os parágrafos 1º e 2º do mesmo dispositivo, determinam que no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á estabelecer normas gerais e a competência suplementar dos Estados.

Poder-se-ia argumentar que não trata a proposição em tela de responsabilidade por dano ao consumidor, não se enquadrando a hipótese ao artigo 24 da Carta Magna federal.

Sob tal ótica, aplicar-se-ia o parágrafo 1º do artigo 25 da CF: São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição. Seria pois, o caso de enquadrar-se a proposição sob enfoque na competência legislativa residual do Estado, o que parece mais adequado.

O fornecimento de água potável e de eletricidade caracteriza serviços essenciais para a sobrevivência do ser humano. Via de consequência direta, é regido pelo princípio da continuidade. Tais características são asseguradas pela Constituição Federal, pelo Código de Defesa do Consumidor e pela Lei de Greve.

Já existem decisões de Cortes Superiores nesse sentido, como é a do festejado ministro José Augusto Delgado que, em julgamento de recurso (nº 8.915/MA-97/0062447-1) interposto pela Companhia Energética do Maranhão-Cemar, pronunciou-se da seguinte forma:

“...3. A energia é, na atualidade, um bem essencial à população constituindo-se serviço público indispensável subordinado ao princípio da continuidade de sua prestação, pelo que se torna impossível a sua interrupção; 4. Os artigos 22 e 42, do Código de Defesa do Consumidor, aplicam-se às empresas concessionárias de serviço público; 5. O corte de energia, como forma de compelir o usuário ao pagamento de tarifa ou multa, extrapola os limites da legalidade; 6. Não há de se prestigiar atuação da Justiça privada no Brasil, especialmente, quando exercida por credor econômica e financeiramente mais forte, em largas proporções, do que o devedor. Afronta, se assim fosse admitido, aos princípios constitucionais da

inocência presumida e da ampla defesa; 7. O direito do cidadão de se utilizar dos serviços públicos essenciais para a sua vida em sociedade deve ser interpretado com vistas a beneficiar a quem deles se utiliza”.

Não há, pois, óbice formal para que tramite o Projeto de Lei nº 329/2003, na forma do substitutivo ora apresentado, que objetiva, em razão do princípio da isonomia, alcançar não somente concessionárias de serviços públicos, como também toda e qualquer empresa (independente de sua natureza) que preste, ou venha a prestar, tais serviços públicos essenciais.

Por tais razões, votaram a maioria dos integrantes desta Comissão de Constituição e Justiça favoravelmente ao projeto de lei em questão, na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 10.09.2003.

(a) HERMES FONSECA - Presidente  
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA  
PROJETO DE LEI Nº 329/2003

Art. 1º - É vedado às empresas de natureza pública, privada ou mista, que prestam o serviço de fornecimento de água e energia elétrica à população, no Estado do Paraná, suspenderem ou interromperem o fornecimento em razão de inadimplência, a pequenos consumidores e aos comprovadamente desempregados.

Parágrafo Único - Consideram-se pequenos consumidores:

I - de energia elétrica aqueles cujo consumo mensal médio nos últimos 12 (doze) meses tenha sido igual ou inferior a 110 Kw (cento e dez quilowatts);

II - de água aqueles cujo consumo mensal médio nos últimos 12 (doze) meses tenha sido igual ou inferior a 12 m (doze metros cúbicos).

Art. 2º - O benefício de que trata o *caput* deste artigo é destinado às famílias cuja renda mensal seja igual ou inferior a meio salário mínimo *per capita*.

Art. 3º - Para os efeitos desta lei, considera-se família o núcleo de pessoas que vivem sob o mesmo teto.

Art. 4º - A proteção de que trata esta lei não se aplica àqueles cuja inadimplência ultrapassar 6 (seis) meses.

Parágrafo Único - Em caso de atraso de pagamento pelo tempo previsto no *caput* deste artigo, os débitos serão parcelados em até 10 (dez) vezes.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 329/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 329/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, tem por finalidade vedar a interrupção do fornecimento de água e energia elétrica de pequenos consumidores, por motivo de inadimplência.

A proposição não isenta os inadimplentes do pagamento das faturas, ficando a vedação limitada até seis meses de atraso, as quais deverão ser pagas posteriormente.

Diante do exposto, manifestamos parecer favorável ao projeto em análise, na forma da Emenda Substitutiva formulada pela Comissão de Constituição e Justiça, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.09.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 329/2003

P A R E C E R :

De autoria do deputado Mauro Moraes, o projeto em epígrafe tem por finalidade vedar a interrupção do fornecimento de água e energia elétrica de pequenos consumidores e desempregados, por motivo de inadimplência.

Analisando o projeto exclusivamente sob o aspecto do mérito, entendemos ser de extrema relevância a proteção às classes menos favorecidas, a fim de que não sejam privadas da prestação de serviços públicos essenciais como a água e a energia elétrica.

Somos, portanto, favoráveis ao prosseguimento da tramitação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 14.10.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

ELZA CORREIA - Relatora

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 369/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que inclui na área de abrangência da Ciretran de Manguierinha, os municípios de Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão e Honório Serpa. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. (Publ. no DA nº 052/2003, de 25.06.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 369/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 369/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli, tem por objetivo incluir na área de abrangência da Ciretran de Manguierinha, os municípios de Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão e Honório Serpa.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que impeça sua tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 369/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do deputado Antonio Anibelli, tem por objetivo incluir na área de abrangência da Ciretran de Manguierinha, os municípios de Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão e Honório Serpa.

Segundo informações do autor, esse atendimento já se dá na prática e o projeto objetiva tão-somente regularizar o procedimento.

A Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favorável à tramitação regional da proposição.

No que compete à Comissão de Segurança Pública, não há nada que obste a tramitação regimental.

O parecer é pela tramitação regimental, reservando-nos no direito de discutir o mérito em plenário.

Sala das Comissões, em 14.10.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente

TADEU VENERI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2426, de autoria do deputado Artagão Júnior, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 369/2003.

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 404/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que estabelece prazo para a propositura de ação regressiva, pela Procuradoria Geral do Estado, contra o agente público que deu causa à condenação do Estado, segundo decisão judicial definitiva e irreformável e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado por unanimidade. (Publ. no DA nº 056/2003, de 04.08.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 404/2003

P A R E C E R :

**Relatório**

Submete o nobre deputado Durval Amaral o indigitado projeto de lei, objetivando estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias para que a Procuradoria Geral do Estado promova ação regressiva contra os agentes públicos responsáveis por condenação sofrida pela Administração

Pública, direta ou indireta, e pleiteie liminarmente a indisponibilidade de seus bens, sob pena de multa diária.

#### **Fundamentação**

Não trata a proposição de legislação processual civil, como aparenta, mas de obrigação funcional imposta a servidores vinculados ao Executivo.

Segundo o artigo 123 da Constituição Estadual, a Procuradoria Geral do Estado é diretamente vinculada ao governador e integrante de seu gabinete. Suas funções, como se depreende do artigo 125 da Constituição do Estado será organizada e regida por estatuto próprio, definido em lei complementar, com observância dos artigos 39 a 132 da Constituição Federal. Já o artigo 126, equipara o procurador-geral do Estado a secretário de Estado.

Dispõe o artigo 66 da Constituição do Estado do Paraná: “Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do governador do Estado as leis que disponham sobre:... II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva;...”.

A matéria padece de vício de origem. Além de quê deve ser objeto de lei complementar, constitucionalmente exigida para a regência do exercício das atribuições da Procuradoria Geral do Estado.

#### **Voto**

Sendo assim, considerando que a proposição de autoria do nobre deputado estadual Durval Amaral padece dos vícios indicados, voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 404/2003.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DELEGADO BRADOCK - Relator

#### **EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 404/2003**

A presente emenda modificativa e aditiva, visa alterar o artigo 1º do Projeto de Lei nº 404/2003, conforme segue:

“Art. 1º - A propositura de ação regressiva, prevista no parágrafo 6º do artigo 27 da Constituição Estadual, contra os agentes públicos que, nesta qualidade, por dolo ou culpa, deram causa à condenação da Administração Pública, Direta ou Indireta deverá ser promovida pela Procuradoria Geral do Estado, no, prazo de 90 (noventa) dias contados do trânsito em julgado da decisão condenatória ao pagamento dos danos decorrentes do ato administrativo comissivo ou omissivo.

Parágrafo Único - O caso previsto no *caput* deste artigo impõe-se, para efeito de responsabilização da autoridade competente pela propositura da ação regressiva, sem importar em decadência do direito do Poder Público Estadual de ressarcir-se pelo dano sofrido, na forma da lei processual.”

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES DA FONSECA - Presidente  
DELEGADO BRADOCK - Relator

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 404/2003**

#### **P A R E C E R :**

#### **Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Durval Amaral, tem por objetivo estabelecer o prazo para que a Procuradoria Geral do Estado promova ação regressiva contra os agentes públicos responsáveis por condenação sofrida pela Administração Pública, direta ou indireta, e pleiteie liminarmente a indisponibilidade de seus bens, sob pena de multa diária.

#### **Fundamentação**

A matéria já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Finanças acompanha o pensamento do autor que procura restaurar e assegurar a responsabilidade e a moralidade na prática administrativa, regulamentando o mandamento previsto no parágrafo 6º do artigo 27 da Constituição Estadual.

#### **Conclusão**

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 404/2003.

Sala das Comissões, em 15.10.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator

#### **ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 531/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/2003. Cria cargos de Agente Penitenciário - Anap, classe III, na parte permanente do Quadro Próprio do Poder Executivo QPPE, a que se refere o Anexo I da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 071/2003, de 10.09.2003 - Mens).

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 531/2003**

#### **P A R E C E R :**

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade “criar cargos de Agente Penitenciário - ANAP, Classe III, na parte permanente do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, a que se refere o Anexo I da Lei nº 13.666, de 05.07.2002.”

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do senhor governador do Estado, chefe do Poder Executivo, estando portanto presente o princípio da admissibilidade.

Apenas para se adequar à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, apresentamos uma emenda modificativa suprimindo a expressão “revogadas as disposições em contrário”.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma da Emenda Modificativa.

Sala das Sessões, em 23.09.2003.

(aa) ANTONIO ANIBELLI

Presidente em exercício e Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA  
AO PROJETO DE LEI Nº 531/2003

O artigo 3º do Projeto de Lei nº 531/2003, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) ANTONIO ANIBELLI

Presidente em exercício e Relator

Apoioamento:

José Maria Ferreira

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 531/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 531/2003, objeto de Mensagem nº 28/2003, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo criar cargos de Agente Penitenciário - Anap, Classe III, na parte permanente do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, a que se refere o Anexo I da Lei nº 13.666, de 05.07.2002.

Chamada esta Comissão a se manifestar de acordo com o artigo 3º, do Regimento Interno, não encontramos óbice que o impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, tendo em vista a importância que encerra em seu conteúdo, por tratar-se de matéria que visa melhorar o Sistema Penitenciário do Estado.

Considerando o exposto, o parecer é favorável à aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 15.10.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

ANDRÉ VARGAS - Relator

Em votação.

O SR. RENI PEREIRA (**Para Discutir**)

Senhor presidente, gostaria de me reportar primeiramente ao presidente da Comissão de Finanças.

Já conversei com o líder do Governo, até mesmo para esclarecer. Estou vendo aqui no relatório da deputada Cida Borghetti, no que se refere ao Projeto nº 532, que é o item 9 da Ordem do Dia de hoje, que existe, ou pelo menos se reporta ao impacto financeiro e orçamentário, atendendo aos artigos 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa precaução não observamos no item que está colocado para discussão agora, por esta presidência. Então, gostaria de perguntar ao presidente da

Comissão de Finanças os motivos pelos quais não foi mencionado no relatório, e posteriormente, acredito que o líder do Governo deva declinar dos motivos.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, temos duas mensagens na Ordem do Dia de hoje: uma que cria os cargos em Comissão para a Secretaria da Justiça e outra a criação de 1400 cargos para a Secretaria da Segurança Pública, que são pessoas que iriam substituir os agentes de segurança, hoje, entregues para a iniciativa privada ou privatizados a operacionalidade ou a segurança de seis presídios no Estado do Paraná.

O projeto oriundo da mensagem governamental não traz o impacto financeiro, conversamos com a deputada Cida Borghetti, que foi relatora desse processo, e obtivemos a informação que ela conseguiu colher com a Liderança do Governo, que isso daria algo em torno de 68, 69 milhões de reais. Até consulto o líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni, para que confirme exatamente esses dados que foram repassados, tanto para a nossa relatora, quanto para mim, como presidente da Comissão de Finanças.

Atendemos um pedido do próprio líder do Governo que pediu para que na máxima brevidade possível, esse projeto saísse da Comissão de Finanças, para que o governo pudesse implantar na questão prisional do Estado do Paraná a sua tese que é administrar direto, embora tenhamos dúvidas, como deputado, mas não posso levar a minha questão pessoal como presidente da Comissão de Finanças. Devo separar as duas coisas claramente e assim nós agimos na presidência da Comissão de Finanças, juntamente com os demais deputados que integram essa Comissão e a deputada Cida Borghetti, que agiu da mesma forma.

Hoje vamos votar a constitucionalidade desse projeto e vamos ser favoráveis, sobre o mérito de como vamos votar essa matéria, haveremos de discutir exatamente em relação ao impacto financeiro que isso vai trazer para o Estado do Paraná, se tem vantagem ou não de administrar direto para o Governo do Estado ou deixarmos ainda para que os presídios sejam privatizados ou terceirizados, como estão sendo hoje.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, apenas para trazer breves esclarecimentos.

O Paraná vai ganhar muito com esse projeto enviado pelo governador Roberto Requião: Casa de Custódia de Curitiba, Casa de Custódia de Londrina, Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu, Penitenciária Industrial de Cascavel, Penitenciária Industrial de Guarapuava, Penitenciária Estadual de Piraquara e duas unidades que estão em fase de implantação que é a Penitenciária Metropolitana do Estado e a Penitenciária Industrial de Maringá, além disso, a complementação dos funcionários na Peni-



tenciária de Ponta Grossa, que está com uma carga apenas de 30% do seu efetivo.

Os gastos do Governo do Paraná previstos para o ano que vem, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, atingem o limite. Conforme orçamento que está tramitando nesta Casa, 43,7%, muito distante do limite exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal para gastos com pessoal. Nesse sentido, há uma obediência clara e inequívoca por parte do governo do Estado no que diz respeito aos gastos com pessoal.

Vamos contratar, por concurso público, perto de 1400 funcionários que estarão na administração do sistema penitenciário do Estado do Paraná.

É preciso dizer que haverá uma qualidade, uma melhoria de qualidade na prestação dos serviços, que é importante para sociedade. Além de as casas de custódia, de as penitenciárias obedecerem toda uma tecnologia moderna de construção, o salário previsto na legislação dos servidores públicos, passará hoje da iniciativa privada para R\$540,00 e R\$649,00 como agente de controle e R\$760,00 e R\$850,00; supervisor de segurança, passará para o valor de R\$1.286,00 que é o cargo único de agente penitenciário.

Então, isso trará um ganho efetivo para todos os servidores desse setor, e isso irá melhorar a prestação de serviço jurisdicional no Estado do Paraná no que diz respeito à produção de justiça.

Precisava ainda complementar a informação requerida por V. Exa., estamos com a previsão de gastos no sistema atual de sessenta e oito milhões, cinquenta e quatro mil reais este ano. Para o ano que vem, com as despesas da contratação de 1390 funcionários, teremos o gasto previsto de sessenta e oito milhões, novecentos e vinte e três mil reais. Então, haverá apenas um acréscimo de oitocentos e cinquenta mil reais no ano que vem inteiro no que diz respeito aos gastos com esses 1300.

Por quê? Porque o Estado tem uma série de vantagens do ponto de vista da contratação em função do regime estatutário público, que as contribuições sociais não são devidas ao empregador. Na iniciativa privada o custo disso é maior, e além disso, tem todo percentual tanto na contratação de pessoal quanto na manutenção de custeio para o pagamento das empresas de iniciativa privada que terceirizaram esse serviço do Estado. Quais sejam, o Inape, que é lá da sua cidade, a Humanitas, a Montesinus, que contrataram o sistema.

No entanto, V. Exa., na segunda-feira, terá todas as informações detalhadas oficialmente, mas são esses os números, os dados que estão escritos na peça orçamentária que está tramitando na Assembléia do qual V. Exa. já tem acesso e já pode fazer as emendas necessárias. Não há óbice do ponto de vista da legislação e muito menos da lei de responsabilidade fiscal.

Peço aos senhores deputados que votem em primeira discussão e maiores dúvidas, maiores esclarecimentos; podemos discutir na próxima segunda-feira, quando devemos votar em 2ª discussão.

É bom para o Estado, é bom para o sistema prisional, precisamos construir mais seis unidades no Estado do Paraná. O governo vai licitar a construção de mais quatro, no ano que vem. Isso é importante para desafogar as delegacias e os distritos para dar maior segurança ao nosso corpo policial, para que possa produzir a segurança pública no nosso Estado, com maior eficiência.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Para discutir, deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Obrigado, senhor presidente.

Deputado Ângelo Vanhoni, senhores deputados, senhoras deputadas, eu não tive oportunidade de conversar com o líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni, mas fui procurado pelo Sindicato dos Trabalhadores de Segurança de Penitenciárias da cidade de Cascavel. Há uma preocupação, deputado Vanhoni, e eu gostaria da ponderação de V. Exa., está em minhas mãos, não encaminhei, mas se houver um consenso poderemos encaminhar um pedido de retirada por três Sessões, para que possamos discutir melhor esse assunto, já que tem 1200 trabalhadores que poderão perder os seus empregos com esse projeto.

É bem verdade que terá 1400 vagas como servidor público, mas esses que já estão não têm garantia nenhuma que passarão nos concursos. Portanto, são famílias que poderão ser penalizadas com o desemprego, que estão trabalhando, que foram treinadas e que fazem hoje um bom serviço trabalhando para empresas terceirizadas. Falo isso sem medo de errar no que venho aqui discutir, deputado Vanhoni, porque fui um defensor contra as terceirizações em toda a minha vida. Aprendi uma coisa nesse tempo, que, por exemplo, as terceirizações numa empresa como eu trabalhei que é a Petrobras, é uma coisa; não basta ser um mecânico para saber apertar um parafuso e trabalhar na empresa, mas tem que conhecer a empresa. Agora, no serviço de segurança de presídios, parece-me que a realidade, deputado Reni Pereira, mas mostra hoje que onde há terceirização, o serviço está sendo feito a contento, não está tendo revoltas e inclusive quero visitar o presídio de Cascavel para saber se é assim como me trouxeram.

Mas, não há os maus tratos ao apenado e, pelo que me consta, ele trabalha, ele está tendo condições de retornar à sociedade quando do término da sua pena. E já não é a mesma realidade do nosso Presídio Central de Piranguara e até tenho amigos que trabalham ali e há corrupção, inclusive do servidor público que trabalha na segurança do presídio, permitindo que entre droga, permitindo que entrem inclusive armas e telefones celulares e que recentemente houve aqui uma rebelião não muito distante.

Acho que devemos e até gostaria, deputado Vanhoni, que retirássemos por três Sessões, para podermos discutir se o projeto que vamos discutir e votar vai,

primeiro, gerar o desemprego àquelas famílias que já estão trabalhando com condições e com cursos feitos para exercer a função, ou se nós temos que, de fato, ficar sob a manta do Estado, o servidor que vai trabalhar na segurança de um presídio.

Gostaria de discutir melhor essa matéria!

Antes de encerrar, concedo um aparte ao deputado Tadeu Veneri.

#### **O Sr. Tadeu Veneri**

Obrigado, deputado Natálio Stica!

Eu só gostaria de fazer uma ponderação, porque nós realizamos há algum tempo atrás aqui uma audiência pública sobre o sistema prisional e na época houve, por parte das pessoas que participaram, algumas colocações de situações nos presídios terceirizados e inclusive de tortura dentro desses presídios, de espancamentos, de rebeliões que aconteceram, por exemplo, na Casa de Custódia de Londrina, e nós temos isso nas notas taquigráficas.

Então, acho que é interessante que levantemos esse debate, porque eu, pessoalmente, embora tenha ouvido as pessoas que representam esse setor e que vieram aqui e nos procuraram, inclusive o Sindicato dos Vigilantes, na pessoa do seu dirigente, o Márcio, mas tenho plena convicção que o sistema hoje não deveria estar na forma como está, terceirizado, porque ele tem, em alguns casos, o objetivo de lucro.

O objetivo do sistema prisional terceirizado é obter lucro em cima dos presos e parece-me que a melhor coisa que poderíamos ter, e sou favorável ao projeto, porque entendo que ele, ao fazer as condições que tenhamos um concurso público, permite que o Estado administre diretamente. Agora, é óbvio! As suas dúvidas podem até ser pertinentes, mas tenho muita clareza, hoje, deputado Stica, que a melhor coisa que podemos ter para o Estado do Paraná, é o retorno desses presídios, dessas casas de custódia ao Estado, e inclusive com concurso público, sendo atendido por servidores públicos.

Que há corrupção, que há problemas, não tenho a menor dúvida! Acho que em todos os presídios nós temos problemas! O sistema é falho e em muitos casos temos superlotações, temos uma série de problemas. Agora, parece-me que é necessário que tenhamos uma ação concreta para eliminarmos a corrupção - que é grande -, eliminarmos inclusive a precariedade no sistema, porque temos casos, deputado Stica, onde um único agente penitenciário é responsável por dez, quinze, vinte presos e só faz com que os presos voltem às suas celas solicitando, porque se eles não quiserem voltar, eles não voltam.

Então, acho que é preciso que façamos esse concurso, para que possa dispor essas vagas para o Estado. Essa é a minha posição, essa é a minha opinião!

Obrigado pelo aparte!

#### **O SR. NATÁLIO STICA**

Obrigado, deputado Tadeu Veneri!

Entendo que poderemos abrir o concurso para novas vagas, como servidores públicos; mas discutir nesse projeto se ele vai, por exemplo, gerar as demissões que eu citei - esse é um ponto. E um segundo ponto, acho que temos que discutir melhor e conhecer, uma comissão de deputados poderia fazer uma visita nos presídios, tanto aqui em Piraquara, quanto, por exemplo, em Cascavel, e checar como é que são as duas guardas, vamos chamar assim. Poderíamos chamar aqui, deputado Ângelo Vanhoni, o nosso amigo, coronel Justino, que hoje, parece-me, que coordena um presídio ou alguma terceirizada aqui na região. Então, poderíamos chamar o Justino para que ele traga a experiência, como é que funciona, e nós, ao ouvi-lo e questioná-lo, poderíamos tirar as nossas dúvidas.

Por isso, eu acho que é prudente e gostaria de saber do deputado Ângelo Vanhoni, se ele me ajudaria nesse pedido de três Sessões e voltaríamos a semana que vem à discussão, aí, sim, com mais argumentos.

#### **O SR. RENI PEREIRA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, quando recebi para discutir, em primeira discussão, era naturalmente uma falha que eu entendia no processo quanto ao relatório do impacto. O líder do Governo, na sua explanação, supriu essa falha, inclusive, declinando que existe, rubrica orçamentária. E eu acredito que, inclusive, o líder do Governo foi até mais além, encaminhando na questão de mérito. E eu acredito que a discussão que estamos levantando aqui, já estamos entrando no mérito e a oportunidade propícia, acredito, seria na segunda Sessão.

Então, eu levantei a discussão quanto ao encaminhamento, segundo a constitucionalidade. O líder do Governo supriu essa minha dúvida.

#### **O SR. PRESIDENTE (Antônio Anibelli)**

Esta Presidência agradece a sua boa-vontade e concede a palavra ao deputado Jocelito Canto, para discutir.

#### **O SR. JOCELITO CANTO**

Muito obrigado, senhor presidente!

Nós cada vez mais nos admiramos aqui nesta Casa, nós já vimos isso no Brasil, os dissidentes do PT, e agora estamos vendo aqui os dissidentes do PT aqui também: de um lado, o nosso líder deputado Vanhoni, defendendo o projeto e, do outro lado, o nosso vice-presidente desta Casa pedindo para fazer outra coisa.

Essa é a democracia tanto pregada pelo PT, eu acho maravilhosa.

Mas, eu quero dizer o seguinte: primeiro, o governador está correto. Nós brigamos aqui para criarmos cargos e reabrir ou abrir, definitivamente, a penitenciária de Ponta Grossa. E naquela época ele disse que iria reabrir e queria achar um jeito de colocar para funcionar. Hoje está funcionando um pedaço da penitenciária de Ponta Grossa. Ele prometeu a esta Casa que mandaria, depu-

tado Vanhoni, um projeto de lei criando os cargos. Os cargos estão aqui e quem está a fim de resolver o problema de violência neste Paraná não tem que ficar discutindo, não, tem que votar de uma vez, liberar esses cargos porque afinal nós estamos com uma penitenciária pela metade, faltando gente, o impacto ambiental da Lei de Responsabilidade Fiscal já está proposta que existe, não tem problema nenhum, o limite prudencial não vai passar. Então, não temos que discutir. Todo mundo fala de segurança aqui, mas na hora de votar: agora vamos procurar saber o sexo dos anjos.

Vamos votar de uma vez, vamos liberar esse pessoal para ser treinado para que as cadeias, para que as penitenciárias tenham esse mesmo direito e tenhamos funcionários do Estado, que é mais barato. Terceirizado é bom? Terceirizado é bom, mas é melhor ainda ao cargo do Estado. Eu sou a favor do funcionário público, da pessoa que faz concurso público; terceirizado é uma outra coisa que não tem nada a ver, eu sou a favor da lei do governador que contrata servidores através de concurso público.

Então, eu quero deixar a minha posição e acho que a idéia do deputado Stica, e acho que até o nosso Regimento não permite que retire esse projeto. Acho que nós temos que votar hoje a constitucionalidade e votarmos amanhã.

Mas, gostaria, deputado Ângelo Vanhoni, de pedir a V. Exa., como líder desta Casa, do Governo, que nós vamos votar. Eu vou votar os mil e quatrocentos cargos, se precisar votar mais mil e quinhentos, semana que vem, eu voto! Agora precisamos votar cargos para o IML, em Ponta Grossa está faltando funcionários no IML, não é só em Ponta Grossa é em todos os IML's do Paraná, e IML não é brincadeira, IML é um sentimento de dor.

É por isso, deputado Neivo Beraldin, que o IML não fez o que tinha que fazer, no caso do Oswaldinho lá em Ponta Grossa, porque não tem gente. E isto é mais antigo que minha avó.

Então, nós temos que criar cargos nos IML's. São tão poucos e poucos cargos para resolver o problema do IML!

E, deputado Vanhoni, eu gostaria, já que estamos falando de IML, existe uma denúncia muito pesada aqui do IML de Curitiba, eu não vou fazer publicamente, vou lhe passar os documentos que recebi, que demonstram muitas irregularidades do IML aqui de Curitiba. Tem funcionário doente, tem funcionários com problemas e tem lei aprovada nesta Casa que não está sendo cumprida, lei que permite que o cidadão mais simples do IML aqui de Curitiba não está recebendo uma gratificação que alguns outros estão recebendo. Os médicos recebem e os funcionários mais simples do IML não estão recebendo! E eles teriam direito e está parado lá no Estado e o Estado não definiu isso!

Então, gostaria que V. Exa., como líder do Governo nesta Casa providenciasse, porque eu não vou subir na tribuna para dizer o que penso. Estou apenas

cobrando, vou lhe passar os documentos que recebi que exatamente diz isto - têm funcionários doentes no Instituto Médico Legal aqui de Curitiba, com problemas, está faltando equipamentos, está faltando material, e ao mesmo tempo têm funcionários que são os lá de baixo, os mais simples, que não estão recebendo algo que determina! Esta Casa fez uma lei que os beneficiava e só estão recebendo os grandes, os pequenos, não!

Então gostaria que o senhor levasse isto ao conhecimento do governador para que isto virasse, o quanto antes fosse liberado, só depende de uma assinatura do governador.

E também queria pedir aqui que do mesmo jeito que o Estado está fazendo com as penitenciárias, a gente sabe que são poucos meses, nós precisamos de mais policiais, deputados Bradock, policiais nas delegacias. Em Castro está faltando delegado, está faltando escrivão, está faltando agente. A Polícia de Ponta Grossa, dos Campos Gerais, perdeu mais de duzentos homens ao longo dos anos e não teve reposição. É preciso repor os policiais militares da nossa região.

Então, esses três artigos, deputado Vanhoni, eu gostaria que fossem levados a sério pelo governo. Eu voto com o governo, acho que temos que votar já, porque isto é uma questão de segurança, mas peço a V. Exa. que veja o IML, que veja as delegacias, que veja a Polícia Militar e que atenda os pobres coitados dos funcionários do IML aqui de Curitiba que estão passando um momento difícil e não estão recebendo o que esta Casa aprovou e esta Casa está sendo esquecida e não está sendo cumprido o que determina a lei.

Por isso, voto a favor, e acho, senhor presidente, que tem que votar já. Terceirização é para daqui a dez anos. Vamos votar o que o governador pediu e acabou.

Muito obrigado, senhor presidente.

#### O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Para Discutir)

Senhor presidente, senhores deputados, eu vejo este projeto de lei e sei da importância que tem. Vou falar de uma penitenciária que conheço que é aquela que foi implantada no final do ano passado, inaugurada pelo governo anterior ainda, que é Penitenciária Industrial de Ponta Grossa. São 435 vagas que tem esta penitenciária, deputada Cida, e ela até o momento está sendo utilizada uma das alas dessa penitenciária, tem três alas de 145 presos, e foram retirados alguns policiais da Polícia Militar para poder fazer com que esta possa funcionar.

Só que as cadeias da região de Ponta Grossa todas elas estão superlotadas e essa penitenciária, esse presídio é justamente para isto - para desafogar as cadeias dos municípios dos Campos Gerais. Sendo uma penitenciária industrial, eu sempre defendi desde o começo e defendo, para que ela seja terceirizada. Se é caro o preço cobrado pelas empresas que administram os presídios, vamos discutir o preço, mas funcionou até este momento muito bem, aonde foi terceirizada, e o grande exemplo é no município de Guarapuava, que os presos que lá estão há

vários anos, nunca tentaram uma fuga dentro daquele presídio e acabam trabalhando dentro da indústria que está dentro da penitenciária, do presídio, podendo retornar, desta forma, no momento que cumprirem a sua pena, à sociedade.

Mas eu voto a favor e sou favorável à criação desses cargos, porque sei do problema que tem esse presídio, essa penitenciária lá do município de Ponta Grossa. Pouco discutido exatamente aonde vão essas pessoas, como será feito.

Então, quero deixar aqui claro que o meu voto é favorável para que se possa fazer o concurso público para contratar esses 1.400 agentes penitenciários.

E quero dizer ao deputado Jocelito Canto que aqui trouxe uma questão com relação ao IML, e vou fazer um pedido de informação, senhor presidente, eu quero saber aonde estão aqueles 328 cargos que lá, no governo Requião, no primeiro governo foram criados, do famoso assistente de segurança, o delegado “calça curta”. Agora não mais os delegados “calças curtas” podem assumir delegacias, determinação do segundo governo do Requião, ele criou os cargos de “calça-curta” lá atrás, mudou de opinião no correr desses anos e agora ele está querendo que a Polícia Militar assuma as delegacias do Estado do Paraná! A grande interrogação: onde estão esses 328 cargos de “calça-curta”? Vou fazer um pedido de informações para saber aonde e para quem foram esses cargos.

Deputado Jocelito, poderiam esses cargos solucionar os problemas de falta de funcionários do Estado do Paraná! Por que não? Mas vamos buscar a informação para saber aonde foram e quem assumiu esses 328 cargos de assistente de segurança, criados no começo da década de 90, no primeiro governo Requião e agora ninguém sabe aonde foram nem quem está usando.

Vamos perguntar.

#### O SR. HERMES DA FONSECA (**Para discutir**)

Senhor presidente e senhores deputados, eu creio que nós não temos que entrar hoje nessa discussão até porque a 1ª votação é a discussão da constitucionalidade.

A Comissão de Constituição e Justiça se manifestou pela constitucionalidade e legalidade e acho que esse é o tema que devemos debater hoje. O mérito vem na 2ª discussão e votação, quando então os parlamentares todos terão a oportunidade de fazer, se quiserem, alguma emenda, mas hoje não podemos desvirtuar o encaminhamento e a discussão de um tema que está regimentalmente explícito, a constitucionalidade do projeto.

Nós temos que votar e não retirar o projeto nem adiar a votação.

Temos que votá-lo hoje.

#### O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, conversei com o nobre líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni, para que votásse-

mos esta matéria. Sem dúvida alguma é de importância para o sistema penitenciário do Estado do Paraná.

Quanto ao mérito, quero dizer que concordo com V. Exa. mas será objeto de discussão na próxima Sessão, acredito, onde iremos nos aprofundar.

A questão constitucional, não obstante, vou votar favorável, não obstante as dúvidas que tenho, apesar do parecer favorável da CCJ, parece-me, deputado Vanhoni, não como uma advertência, mas apenas como uma lembrança, que um projeto dessa natureza deva ser seguido do impacto econômico-financeiro que vai trazer ao Estado do Paraná.

Eu estou aqui com a mensagem do governo, e ela simplesmente não fala sobre o imposto econômico-financeiro, cumprindo o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu artigo 16, que é a exposição de motivos.

Sobre este aspecto da legalidade, temos aí um vício bastante sério, tanto isso é verdade que na outra Mensagem a 532, onde se cria 20 cargos, o governo teve a preocupação e trouxe efetivamente o impacto econômico-financeiro, mas nessa 531, não.

E só para alertar, a título de enriquecer o debate já na próxima Sessão, lembrar que este governo que aí está, deputado Vanhoni, com essas duas mensagens aprovadas, já terá criado, este ano, apenas 1501 cargos e não extinguindo nenhum cargo, nem o dos assistentes de segurança.

Só para lembrança, porque todos nós queremos uma saúde financeira muito boa para o Estado do Paraná!

Eu tenho certeza que o Estado está sendo bem administrado.

Não tenho dúvidas quanto a isso. Mas, só lembrando que as promessas não foram a de criação de cargos, nem comissão, criação de cargos na estrutura, e sim, a de enxugamento da máquina, e não é isso que estamos vendo até o presente momento.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Em votação.

#### O SR. NEIVO BERARDIN

Verificação de votação.

#### O SR. ANTONIO ANIBELLI

Chamada Nominal.

Retiro a chamada nominal e faço um apelo ao deputado Neivo, que retire a verificação, porque há um consenso...

#### O SR. NEIVO BERARDIN

Se há número legal para votação, não há por que não proceder à verificação de hoje.

#### O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

O SR. JOCELITO CANTO

Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Peço ao senhor 1º secretário, que procede à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Marcos Isfer)

Faz a chamada nominal do senhores deputados.

O SR. JOCELITO CANTO

Solicito aos senhores deputados que estão nos gabinetes, que venham para votar aqui, precisamos votar algo que é de interesse da Segurança Pública do Estado do Paraná.

O SR. NEIVO BERALDIN

Não vejo amparo no Regimento Interno, um apelo, embora legítimo, para que os deputados venham.

É obrigação estar aqui.

O SR. JOCELITO CANTO

Estou fazendo, não é apelo. Tem deputado que pode estar no palácio com algum prefeito, com algum vereador. Pode estar na 1ª Secretaria tratando de um projeto. Pode estar dando uma entrevista no seu gabinete. Pode estar na CPI. Então, às vezes, o deputado está no seu gabinete; isso é normal.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Solicito ao senhor 1º secretário que continue a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Marcos Isfer)

Continua a chamada nominal...

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Responderam à chamada nominal 28 deputados. Há quórum para deliberação.

Os senhores deputados que aprovam, queiram levantar-se. **Aprovado por unanimidade.**

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 532/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/2003, que cria, na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU, os cargos de provimento em comissão, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 071/2003, de 10/09/2003 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 532/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade criar na Secretaria de

Estado da Justiça e da Cidadania - Seju, os cargos de provimento em comissão, conforme específica.

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do governador do Estado, chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Apenas para se adequar à Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, apresentamos uma emenda modificativa suprimindo a expressão “revogadas as disposições em contrário”.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei na forma da Emenda Modificativa.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Presidente em exercício e Relator

EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 532/2003

O artigo 2º do Projeto de Lei nº 532/2003, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Presidente em exercício e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 532/2003  
MENSAGEM Nº 29/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 532/2003, objeto da Mensagem nº 29/2003, de autoria do Poder Executivo, cria na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - Seju, cargos de provimento em comissão, conforme específica.

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou emendas de técnicas legislativas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal exige a apresentação do impacto financeiro e orçamentário. Na justificativa, informa o Chefe do Poder Executivo que o impacto de criação dos cargos será de R\$32.781.99, valor que será suportado por dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 532/2003.

Sala das Comissões, em 15.10.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relator

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Apenas para fazer o registro do nascimento da pequena Alana Saito Massa, filha do nosso companheiro

deputado Ratinho Júnior que nasceu nesta manhã, com 49cm, pesando 3 quilos redondos na Maternidade Nossa Senhora das Graças. Parabenizamos o nosso companheiro por essa tão esperada filha que acaba de nascer.

**O SR. PADRE PAULO CAMPOS (Pela Ordem)**

Apenas para justificar a ausência do deputado Pedro Ivo que se encontra em Salvador, na 6ª Reunião do Movimento Inter-Fóruns da Educação Infantil - de 22 a 24.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

**ITEM 10**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Indicação nº 022/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que propõe a criação da Secretaria de Estado da Juventude. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CF. Aprovada. (Publ. no DA nº 033/2003, de 14/05/2003).**

**COMISSÃO DE FINANÇAS  
INDICAÇÃO Nº 22/2003**

**P A R E C E R :**

A presente indicação é da lavra do deputado Mauro Moraes, que objetiva propor a criação da Secretaria de Estado da Juventude.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, entende este relator que devido a ineficácia das políticas elaboradas pelo Governo Federal, no tocante à proteção de jovens e adolescentes. A indicação em análise é deveras oportuna, já que outros Estados possuem a mencionada Secretaria em seus organogramas e que estas muito têm contribuído para uma melhor qualidade de vida da juventude brasileira. Através do encaminhamento da presente indicação desejamos igualmente contribuir para o bem-estar e desenvolvimento qualitativo dos jovens paranaenses.

Desta forma, emitimos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 05.10.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

ANDRÉ VARGAS - Relator

**ITEM 11**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Indicação nº 053/2003, de autoria do deputado Natalio Stica, ex-Projeto de Lei nº 149/2003, que propõe a alteração do artigo 1º da Lei nº 11.897, de 01.12.97, que autoriza o Poder Executivo a efetuar o pagamento de energia elétrica dos consumidores cujos imóveis sejam para fins residenciais, nos termos em que especifica. **PARECER FAVORÁVEL DA CF. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 149/2003. (Publ. no DA. nº 012/2003, de 31.03.2003 - Projetos de Lei).**

**COMISSÃO DE FINANÇAS  
INDICAÇÃO Nº 053/2003**

**P A R E C E R :**

A presente indicação é da lavra do deputado Natalio Stica, ex-Projeto de Lei nº 149/2003, que propõe a

alteração do artigo 1º da Lei nº 11.897, de 01.12.1997. A referida lei autoriza o Poder Executivo a efetuar o pagamento de energia elétrica dos consumidores cujos imóveis sejam para fins residenciais, que sejam monofásicos, da área urbana e rural, cujo consumo de energia, do mês, não seja superior a 30 kWh. A pretendida alteração legal, visa modificar a quantidade de kilowatts-hora, de 30 para 100.

Contudo a intenção legislativa do autor da Indicação aqui analisada, já se encontra resguardada pela Lei nº 14.087, de 11 de setembro de 2003, de autoria do Poder Executivo. Esta Lei institui o Programa Luz Fraterna, que autoriza o Poder Executivo a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica e dos encargos decorrentes desse serviço, dos consumidores cujos imóveis sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais da área urbana e rural e cujo consumo de energia do mês não ultrapasse 100 kWh/mês.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, entende este Relator analisando que a pretensão legislativa do autor da indicação em epígrafe encontra-se prejudicada, devido já existir lei que regulamente a matéria existente na indicação em tela.

Desta forma emitimos nosso parecer contrário, opinando-se pela sua não aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.10.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 149/2003**

**P A R E C E R :**

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Natalio Stica, altera o artigo 1º, da Lei nº 11.897, de 1º de dezembro de 1997, que dispõe que o Poder Executivo fica autorizado a efetuar o pagamento de energia elétrica dos consumidores cujos imóveis sejam para fins residenciais, nos termos que se seguem.

Trata-se de projeto de lei que visa aumentar o teto máximo de consumo para os consumidores se enquadrarem na citada lei.

O projeto de lei, apesar de sua alta relevância, fere o inciso VI, do artigo 66, da Constituição Estadual, que diz:

“Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

VI - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.”

E não é só.

Em primeiro plano, cabe fixar que a Copel é uma empresa de economia mista, ou seja, tem personalidade jurídica de direito privado.

Falando-se em personalidade de direito privado, tem-se a vantagem de destacar o fato de que ficam estan-

cadaver quaisquer dúvidas quanto ao direito a elas aplicável: será sempre o direito privado, a não ser que se esteja na presença de norma expressa de direito público.

Essa derrogação parcial do direito comum pelo direito privado existe sempre que o poder público se utiliza de institutos de direito privado; no caso das pessoas jurídicas, essa derrogação é de tal forma essencial que, na sua ausência, não haverá sociedade de economia mista, mas apenas participação acionária do Estado.

Na esfera federal, a derrogação pode ser feita, observadas as limitações constitucionais, nas esferas estadual e municipal, as derrogações têm que se limitar àquelas que tenham fundamento na própria Constituição ou lei federal de âmbito nacional, como a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei das Sociedades Anônimas, outras derrogações não podem ser feitas por Estados e municípios, visto que não tem competência para legislar sobre direito civil e comercial.

Fere ainda, o artigo 5º, XXII, Constituição Federal, que diz “é garantido o direito de propriedade”.

Posterga, ainda, normas contidas em norma infra-constitucional. Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Novo Código Civil Brasileiro), que estabelecem as faculdades de usar, gozar e dispor de bens (artigo 1.228), a plenitude da propriedade (artigo 1.229), o caráter exclusivo e ilimitado (artigo 1.231).

A propriedade, como o mais amplo direito real, que congrega os poderes de usar, gozar e dispor da coisa, de forma absoluta, exclusiva e perpétua, bem como o de persegui-la nas mãos de quem que injustamente a detinha, ou seja, o caráter absoluto do direito da coisa da maneira que melhor lhe aprouver.

Sendo assim a Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer contrário ao projeto em tela, e, como forma de preservar os nobres objetivos do deputado autor, toma a iniciativa de apresentar a Indicação em anexo, que será encaminhada ao Exmo. Sr. governador do Estado e do diretor do Detran, se aprovada for pelo Plenário desta Casa de Leis.

Assim, diante dos óbices apontados o projeto de lei apresenta-se ilegal e inconstitucional, sendo nosso parecer contrário, e como forma de preservar os nobres objetivos do deputado autor, toma a iniciativa esta relatoria de apresentar a indicação em anexo, que será encaminhada ao Exmo. Sr. governador Roberto Requião, se aprovado for pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 03.06.2003.

(aa) HERMES DA FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator.

Sobre a referida Indicação, Requerimento nº 2424, de autoria do deputado Natálio Stica, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, bem como seu arquivamento. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Estou pedindo a retirada porque este projeto não há mais necessidade de ser votado, já que o governador Roberto Requião mandou a mensagem criando a Luz

Fraterna. O meu projeto foi feito em abril, mas, infelizmente, passou pelas comissões e só veio para votação depois de implantado.

Fica portanto, retirada da Ordem do Dia e arquivada a Indicação nº 053/2003.

## ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 090/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que propõe a doação do veículo para a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Farol. PARECER FAVORÁVEL DA CF. **Aprovada. (Publ. no DA nº 072/2003, de 15.09.2003).**

COMISSÃO DE FINANÇAS  
INDICAÇÃO Nº 090/2003

P A R E C E R :

A Indicação nº 090/2003, em análise, de autoria do deputado Cleiton Kielse, propõe a doação de veículo marca Kombi, placa AKH-3991 - ano 2002, pertencente ao Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, em favor da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Farol.

A instituição vem prestando relevantes serviços à comunidade local, e necessita de veículo para o desenvolvimento dos trabalhos em prol de crianças e adolescentes.

Diante do exposto, manifestamos parecer favorável à indicação, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.10.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

## ITEM 13

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 091/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que propõe a doação do veículo marca Kombi, Placa AKH -4065, ano de fabricação 2002 para a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Jaguariaíva. PARECER FAVORÁVEL DA CF. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 113/2003. **Aprovada. (Publ. no DA nº 006/2003, de 17.03.2003 - Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE FINANÇAS  
INDICAÇÃO Nº 091/2003

P A R E C E R :

A Indicação nº 091/2003, em análise, de autoria do deputado Cleiton Kielse, propõe a doação de veículo marca Kombi, placa AKH-4065 - Ano 2002, pertencente ao Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, em favor da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Jaguariaíva.

A instituição vem prestando relevantes serviços à comunidade local, e necessita de veículo para o desenvolvimento dos trabalhos em prol de crianças e adolescentes.

Diante do exposto, manifestamos parecer favorável à indicação, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.10.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 113/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cleiton Kielse, autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná a proceder à doação de veículo à Associação de Proteção à Maternidade e Infância - APMI, de Jaguariá, Estado do Paraná.

A CCJ adotou o entendimento de que projetos dessa natureza ou aqueles cuja iniciativa seria de competência privativa do Poder Executivo, deveriam ser transformados em indicação.

Na forma do artigo 128, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, “indicação é a proposição de qualquer deputado, sugerindo a manifestação da Assembléia, ou de suas Comissões sobre determinado assunto de competência do Poder Legislativo”.

A presente proposição tem relevante alcance social e, na forma de indicação, cumprirá plenamente os objetivos almejados pelo autor.

Por essas razões o parecer é pela tramitação da presente proposição na forma de indicação.

Adotem-se os procedimentos necessários para que a Diretoria Legislativa dê nova redação à proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.07.2003.

(aa) HERMES DA FONSECA - Presidente  
TADEU VENERI - Relator

**ITEM 14**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 101/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto e outros, que sugere a construção de sede própria para a APAE, no município de Reserva. PARECER FAVORÁVEL DA COPTC. **Aprovada. (Publ. no DA. nº 077/2003, de 24.09.2003).**

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

P A R E C E R :

Parecer à Indicação nº 101/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto e outros, que sugere a construção da sede própria para a APAE no município de Reserva.

A referida Indicação, de autoria do nobre deputado Jocelito Canto, com o apoio dos demais que assinam a referida, vem de encontro à necessidade da comunidade que muito tem feito em promover a educação dos portadores de deficiências especiais, valorizando o traba-

lho dos abnegados voluntários que desenvolvem trabalhos em prol da APAE do município. Enaltecemos as preocupações dos nobres deputados posicionando favoravelmente a tão nobre indicação.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 14.10.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
FRANCISCO BUHRER - Relator

**ITEM 15**

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Indicação nº 102/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que propõe a estadualização da Rodovia Municipal Antonio Frederico Kürten, que liga o município de Arapuã até a BR-466. PARECER FAVORÁVEL DA COPTC. **Aprovada. (Publ. no DA. nº 077/2003, de 24.09.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
INDICAÇÃO Nº 102/2003

P A R E C E R :

**Parecer**

A indicação de autoria do nobre deputado Nelson Justus, visa estadualizar a Rodovia Municipal Antonio Frederico Kürten que liga o município de Arapuã até a BR-116.

Na justificativa diz-se que a “situação de conservação da referida rodovia é bastante precária, apesar dos esforços do Executivo Municipal que já realizou várias operações... O município tem uma agricultura pujante cuja produção escoada na sua totalidade pela referida rodovia...”

O Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná diz que “Indicação é a proposição de qualquer deputado, sugerindo a manifestação da Assembléia...” (artigo 128).

O parágrafo 3º do artigo 128 do RI determina que: “As Indicações independerão de qualquer julgamento preliminar da Assembléia”.

**Voto**

Dada a relevância da matéria para a região, a Indicação reveste-se de todas as qualidades necessárias para que receba aprovação no âmbito desta Comissão.

Sala das Sessões, em 14.10.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
RATINHO JÚNIOR - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2393, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2394 e 2399, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2396, 2397, 2410 e 2411, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.



Requerimento nº 2400, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2402, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2403, de autoria do deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2404 e 2406, de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2405, de autoria do deputado Hermas Brandão, com apoio do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2412 e 2413, de autoria do deputado Renato Gaúcho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2414, de autoria dos deputados José Maria Ferreira, Jocelito Canto, Padre Paulo Campos e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2417, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2418 e 2419, de autoria do deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2420, 2421 e 2435, de autoria do deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2431, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2422, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2423, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos nºs 2425 e 2427, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2429, 2430 e 2433, de autoria do deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2432, de autoria dos deputados Geraldo Cartário e Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2434, de autoria do deputado Delegado Bradock, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 27, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 032/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 019, 123, 329, 531 e 532/2003 e do Projeto de Lei Complementar nº 404/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 016, 126, 281, 248, 370 e 486/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 079, 086, 096 e 099/2003.

Levanta-se a Sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO DEPUTADO ELIO RUSCH, EM SESSÃO DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2003

#### “Interior luta para ultrapassar Curitiba”

Gazeta do Povo  
Guido Orgis/Miguel Portela

A qualidade de vida tem melhorado num ritmo mais acelerado em algumas cidades do interior do que em Curitiba, segundo mostram os mais recentes dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgados neste mês. Há dez anos, o ranking feito com os dados do censo de 1991 tinha a Capital numa liderança folgada dentre os 399 municípios do Paraná. A última pesquisa, com estatísticas colhidas em 2001, mostra que, se a tendência permanecer a mesma, Curitiba poderá perder a condição de melhor IDH do Estado.

O IDH é uma classificação feita pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para orientar políticas públicas. Ele mostra quais regiões têm os serviços de saúde e educação mais avançados e onde a renda per capita é maior. Rivalidades municipais à parte, o fato de cidades pequenas estarem “ameaçando” a liderança de Curitiba demonstra que elas avançaram muito

numa corrida em que o resultado é uma qualidade de vida maior.

Na pesquisa de 1993, Curitiba tinha um IDH de 0,799 (numa escala em que 1,0 é a nota máxima). Londrina, segunda colocada, tinha 0,766 - uma diferença de 0,033. Hoje, Londrina é a décima colocada e a diferença entre a Capital e a segunda colocada diminui bastante. Quatro Pontes ficou apenas 0,005 atrás de Curitiba.

A região Oeste, na área ao redor de Toledo, é a que mais se destaca na pesquisa do PNUD. Dali saíram seis das oito cidades que se colocaram entre Curitiba e Londrina. Além de Quatro Pontes, localizam-se ali Entre Rios do Oeste, Maripá, Palotina e Marechal Cândido Rondon. São cidades que têm em comum a força da agropecuária. O Oeste é responsável por 25% da produção agrícola do Estado. É também o maior centro de avicultura e criação de suínos do Paraná.

A transformação do ranking é explicada pela economia robusta, em alguns casos, alimentada pelo royalties de Itaipu, e por programas focados na diminuição da mortalidade infantil e na inclusão escolar.

Mas existem outros dois fatores, que não entram de forma direta nas estatísticas: por um lado, quanto mais alto é o IDH, mais lenta é a evolução; por outro, cidades maiores têm problemas mais complexos "As demandas em municípios grandes são mais difíceis de atender", explica François Bremacker, especialista em gestão pública.

Com uma população menor do que quase todos os bairros de Curitiba, a cidade de Quatro Pontes é um

modelo a ser seguido pelos municípios do interior. A pequena cidade não possui favelas, nem mendigos e está prestes de erradicar o analfabetismo. Quatro Pontes tem um serviço de saúde cuja eficiência pode ser medida pela queda, em apenas dez anos, de 78% na taxa de mortalidade infantil e o aumento em nove anos na esperança de vida. Segundo o prefeito Silvestre Kuhn, o orçamento municipal é de R\$5,1 milhões. Deste total, o município investe 39% em educação e 15% em saúde.

Com 102 mil habitantes e IDH 0,827, Toledo é o centro da região. A cidade tem investido em projetos que aliam educação e preservação ambiental. Só nessa área, a Secretaria de Meio Ambiente desenvolve oito programas. Entre os projetos de maior abrangência está o Cidadão Ambiental. Criado há seis anos, o projeto alcança as 69 escolas municipais e estaduais, envolvendo cerca de 22 mil alunos. Um dos resultados mais visíveis da educação ambiental foi o sucesso da reciclagem do lixo, que já chega a 80% dos materiais como papel e vidro.

### Índice de Desenvolvimento Humano de cidades pequenas já é parecido com o da capital

#### Parâmetro Mundial

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um parâmetro mundial para medir a qualidade de vida. No Paraná, 24 dos 399 municípios deram um grande passo nos últimos dez anos e alcançaram um nível de IDH alto. Veja a situação das cidades que estão no topo e no fim do ranking.

As melhores			As piores	
1ª Curitiba	2ª Quatro Pontes		398º Doutor Ulysses	399º Ortigueira
0,856	0,851	IDH	0,627	0,620
71,6 anos	77,7 anos	Esperança de vida ao nascer	63,6 anos	61,5 anos
20,9	6	Mortalidade Infantil (por mil nascimentos)	35,1	42,3
96,9%	99,1%	Frequência à escola (7 a 14 anos)	87%	85,4%
R\$619,00	R\$308,00	Renda per capita	R\$86,00	R\$116,00

#### Índice serve para focar políticas públicas

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um parâmetro criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com o objetivo de comparar o grau de qualidade de vida em cidades e países. Criado em 1975, o IDH é feito com informações sobre a longevidade, educação e renda da população de cada município e pode ser usado para avaliar se uma política pública está sendo bem-sucedida.

No Paraná, a secretaria de Planejamento passou a orientar seus programas com base no mapa do IDH.

"Qualquer ação focada na área social começa nos municípios com os piores índices", diz Eleonora Fruet, secretária do Planejamento. Segundo ela, como os recursos para novos investimentos são escassos, o IDH ajuda a decidir que cidades têm prioridade para recebê-los.

Apesar de ser um índice internacional, que permite verificar em que áreas um município é mais deficiente, o IDH tem limitações. "O índice é muito sensível ao fator renda, que não reflete o desenvolvimento humano", afirma Klaus Frey, diretor do curso de mestrado em Gestão Urbana da PUC-PR. Além disso, os dados calculados

pelo PNUD não apontam deficiências qualitativas nos serviços públicos nem as desigualdades existentes dentro de um mesmo município.

No Brasil, o maior avanço do IDH foi na área de educação, que está muito perto de atingir os níveis de países desenvolvidos. Mas, como o índice leva em consideração a proporção de alunos matriculados, a pesquisa não mostra que a qualidade do ensino é baixa e que mais da metade das crianças chegam à quarta série sem saber ler.

### Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 12 da Lei nº 13.980 de 27 de dezembro de 2002.

### R E S O L V E :

PORTARIA Nº 033/2003 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Aprovado pela Lei nº 13.980 de 27 de dezembro de 2002 nas rubricas abaixo.

#### REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
44905200	2000	000	5.000.000,00
45906100	2000	000	5.792.000,00
			10.792.000,00

#### ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31901100	2000	000	9.000.000,00
31901300	2000	000	500.000,00
31900300	9000	000	1.292.000,00
			10.792.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 20.10.2003.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:

Deputado Nereu Moura  
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 032/2003 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Aprovado pela Lei nº 13.980 de 27 de dezembro de 2002 nas rubricas abaixo.

#### REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33903600	2000	000	500.000,00

#### ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33901400	2000	000	100.000,00
33903300	2000	000	200.000,00
33903900	2000	000	200.000,00
			500.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 06.10.2003.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:

(a) Deputado Nereu Moura  
Primeiro Secretário

### Ata de Comissão:

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e três, no plenário da Assembléia, às 09h00, foi realizada audiência pública sobre a Cultura no Estado do Paraná. Sob a Presidência do senhor deputado Tadeu Veneri e contando com as presenças na mesa dos senhores deputados Luciana Rafagnin, Padre Paulo Campos, Elza Correia e Ângelo Vanhoni e dos senhores deputados membros da Comissão, Barbosa Neto, Cida Borghetti e Rafael Greca. Contando também, com a presença da secretária de Estado da Cultura, Vera Mussi, do diretor-geral da Secretaria de Estado do Planejamento, Fábio Dória Escatolini, da promotora de Justiça do Ministério Público, Hermínia Durigan de Matos Diniz, do coordenador do Fórum Permanente de Cultura do Paraná, Cláudio Ribeiro, da presidente do Fórum das Entidades Culturais de Curitiba e do Paraná, Eliane Berger. O senhor presidente deu início à sessão agradecendo a presença de todos e em seguida teceu comentários sobre o objetivo desta reunião. Logo após passou a palavra à senhora Vera Mussi. Na sequência, os senhores deputados e participantes da Mesa também fizeram uso da palavra. Para encerrar, o senhor presidente destinou espaço para que fossem formuladas perguntas pelos senhores presentes nesta audiência, que em seguida foram respondidas pelo senhor Fábio Dória Escatolini, conforme consta nas notas taquigráficas, parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para

constar eu, Solange Mann, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente  
Solange Mann - Secretária

## Pauta da CCJ:

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PAUTA 28.10.2003 ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 233/2003, autor deputado Hermas Brandão, que altera a denominação da entidade beneficiada pelo plano de aplicação da Lei nº 13.980/2002 (Centro Cultural da Lapa). **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 239/2003, autoria do Poder Executivo, que objetiva dar nova redação ao artigo 141, inciso VI da Lei Complementar nº 85/99 (Lei Orgânica do Ministério Público do Paraná). **Relator deputado Delegado Bradock. Designado em 02.10.2003. Vistas aos deputados José Maria Ferreira, Durval Amaral e Jocelito Canto em 21.10.2003.**

Projeto de Lei nº 333/2003, autora deputada Elza Correia, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual.

Projeto de Lei nº 355/2003, autor deputado Marcos Isfer, que estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminem pessoas em razão de orientação sexual.

\*\*\***Ambos os Sexos. Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 28.08.2003. Vistas ao deputado Doutor Luciano em 23.09.2003.**

Projeto de Lei nº 384/2003, autor deputado Nereu Moura, que altera o anexo único da Lei nº 13.976/2002 - Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar. **Relator deputado Marcos Isfer. Designado em 10.09.2003. Vistas ao deputado Jocelito Canto em 07.10.2003.**

Projeto de Lei nº 400/2003, autor deputado Barbosa Neto, que cria o Banco de Patrocínio. **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 403/2003, autor deputados Barbosa Neto e Ratinho Júnior, que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual do Turismo. **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 409/2003, autor deputado Alexandre Curi, que cria a Região Administrativa Central do

Estado do Paraná, integrada pelos seguintes municípios: Laranjal, Palmital, Santa Maria, Boa Ventura, Mato Rico, Nova Tebas e Pitanga. **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 10.09.2003. Vistas ao deputado Elton Carlos Welter em 21.10.2003.**

Projeto de Lei nº 422/2003, autor deputados Barbosa Neto e Ratinho Júnior, que altera a alínea "B" do inciso I, e acresce o inciso VII ao artigo 14 da Lei nº 11.580/96 (ICMS). **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 425/2003, autor deputado Rafael Greca, que institui a adoção de medidas urgentes nos casos de prisão em flagrante. **Relator deputado Marcos Isfer. Designado em 10.09.2003. Vistas ao deputado Delegado Bradock.**

Projeto de Lei nº 457/2003, autor deputado Mauro Moraes, que institui o programa de participação dos idosos em atividades educativas e laboriosas denominado terceira juventude. **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 475/2003, autor deputado Ratinho Júnior, que dispõe sobre o ICMS na aquisição de automóveis destinados ao transporte escolar. **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 493/2003, autor deputado Geraldo Cartário, que reserva aos municípios do litoral paranaense a realização de sorteios da modalidade denominada bingo. **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 494/2003, autor deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel a APEA de Foz do Iguaçu. **Relator deputado Marcos Isfer. Designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 514/2003, autor deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Engenheiro Beltrão. **Relator deputado Marcos Isfer. Designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 529/2003, autor deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder executivo a implantar o programa especial de demissão voluntária para os professores estaduais vinculados à Secretaria de Estado da Educação ao Paranaeducação. **Relator deputado Hermes Fonseca. Designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 533/2003, autor deputado Luiz Nishimori, que especifica normas para a realização de festas ou eventos com cobrança de ingressos em todo o território do Paraná. **Relator deputado Delegado Bra-**

**dock. Designado em 02.10.2003. Vistas ao deputado José Maria Ferreira, em 21.10.2003.**

Projeto de Lei nº 539/2003, autor deputado Nereu Moura, que municipaliza o trecho da Rodovia PR 471 que lia o município de Três Barras até o Rio Iguaçu. **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 543/2003, autor deputado Vanderlei Iensen, que altera a Lei nº 8852/88 (Proíbe fumar em recintos fechados). **Relator deputado Elton Carlos Welter. Designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 548/2003, autor deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre a isenção de tarifas dos serviços públicos de energia elétrica e água para as Santas Casas de Misericórdia. **Relator deputado Marcos Isfer. Designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 553/2003, autor deputado Reni Pereira, que altera a redação do inciso V do artigo 14 da Lei nº 11280/95 (IPVA-Deficientes). **Relator deputado José Maria Ferreira. Designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 573/2003, autor deputado Fernando Ribas Carli, que obriga o governo do Estado a fornecer gratuitamente a Carteira Nacional de Habilitação a pessoas de baixa renda. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 575/2003, autor deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Três Barras do Paraná. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 02.10.2003.**

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
RELAÇÃO DOS PROJETOS E  
RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 11/2003, autor deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Associação Comercial e Industrial de Ribeirão do Pinhal. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 02.07.2003. Vistas ao deputado Hermes da Fonseca, em 12.08.2003.**

Projeto de Lei nº 243/2003, autor deputado Padre Paulo Campos, que concede aos estudantes da Rede Pública e Particular de Ensino Médio e Superior, o meio passe nos meios de transporte coletivo intermunicipal.

Projeto de Lei nº 330/2003, autor deputado Mauro Moraes, concede aos estudantes da Rede Pública e Particular de Ensino de 1º, 2º e 3º graus, meia passagem.

\*\*\* **Ambos anexos. Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 15.10.2003.**

Projeto de Lei nº 252/2003, autor deputado Doutor Luciano, que estabelece normas e critérios para clínicas, consultórios e estabelecimentos de estética que utilizam recursos de eletrotermofototerapia. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 02.07.2003. Vistas ao deputado Elton Carlos Welter em 12.08.2003.**

Projeto de Lei nº 484/2003, autora deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame de emissões otoacústicas evocadas nos estabelecimentos hospitalares públicos e particulares do Estado. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 15.10.2003.**

Projeto de Lei nº 498/2003, autor deputado Hermas Brandão, que cria o Parque Público de Lazer no município de Almirante Tamandaré. **Relator: deputado Antonio Anibelli, designado em 10.09.2003. Vistas ao deputado Chico Noroeste em 16.09.2003.**

Projeto de Lei nº 526/2003, autor deputado Mauro Moraes, que torna obrigatório o atendimento com hora marcada em todos os ambulatórios dos hospitais estaduais. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 15.10.2003.**

Projeto de Lei nº 542/2003, autor deputado Ângelo Vanhoni, que estende os benefícios concedidos pela Lei nº 11.722/97 aos Hospitais Universitários mantidos por entidades filantrópicas. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 15.10.2003.**

Projeto de Lei nº 544/2003, autor deputado Rafael Greca, que dá continuidade ao Programa Violência Zero, impondo ao Poder Público Estadual a criação de novas Delegacias Especializadas em Assuntos da Mulher. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 15.10.2003.**

Projeto de Lei nº 545/2003, autor deputado Rafael Greca, que cria o 19º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 15.10.2003.**

Projeto de Lei nº 547/2003, autor deputado José Maria Ferreira, que regulamenta o artigo 2º da Constituição do Estado do Paraná. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 15.10.2003.**

Projeto de Lei nº 554/2003, autor deputado Rafael Greca, que dá continuidade ao Programa Violência Zero, impondo ao Poder Público Estadual a criação de Programas de Assistência ao Idoso, via telefone. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 15.10.2003.**

Projeto de Lei nº 566/2003, autor deputado Ângelo Vanhoni, que denomina o prédio do IML de Curitiba como Instituto de Medicina Legal Doutor Elias Zacarias. **Relator: deputado Doutor Luciano, designado em 15.10.2003.**

Projeto de Lei nº 567/2003, autor deputado Reni Pereira, que revoga o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 14.035/2003 - disciplina o funcionamento de clubes, academias, escolas de iniciação desportiva e outros que ministrem atividades físicas, desportivas, recreativas e de lazer. **Relator: deputado José Maria Ferreira, designado em 15.10.2003.**

Projeto de Lei nº 577/2003, autor deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a isenção do pagamento da taxa para a renovação da Carteira Nacional de Habilitação para os taxistas no Estado do Paraná. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 15.10.2003.**

Projeto de Lei nº 597/2003, autor Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Rotativo em cada um dos estabelecimentos de ensino da Rede Pública Estadual, nos Núcleos Regionais de Educação, nas unidades descentralizadas da Secretaria de Estado da Educação e nas Delegacias de Polícia. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 15.10.2003.**

Projeto de Lei nº 619/2003, autor deputado Artagão Júnior, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Paulo Cruz. **Relator: deputado Doutor Luciano, designado em 15.10.2003.**

Proposição-Veto nº 39/2003, autor Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 242/2003, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que altera dispositivos da Lei nº 10.236/92 - dispõe sobre a instituição de taxa de segurança preventiva e criação do Fundo de Modernização da Polícia Militar. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 15.10.2003.**

Proposição-Veto nº 40/2003, autor Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 54/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóveis para a Prefeitura Municipal de Goioerê. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 15.10.2003.**

Proposição-Veto nº 41/2003, autor Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 55/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de terreno para a Associação dos Diabéticos e Hipertensos de Goioerê. **Relator: deputado Marcos Isfer, designado em 15.10.2003.**

## 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 76/2003, autor deputado Chico Noroeste, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Bolsa de Estudo.

Projeto de Lei nº 377/2003, autor deputado Waldir Leite, que institui o Programa de Incentivo ao Custeio do Ensino Superior no Estado do Paraná.

Projeto de Lei nº 541/2003, autor deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Programa Estadual de Auxílio ao Estudante do Ensino Médio Profissionalizante e do Ensino Superior, através de um Programa de Crédito Educativo, mediante a criação de um Fundo de Financiamento.

\*\*\* Anexos. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 10.09.2003. Vistas ao deputado José Maria Ferreira em 21.10.2003.**

Projeto de Lei nº 86/2003, autor deputado Doutor Luciano, que define diretrizes para a implementação do Programa de Humanização da Atenção Materno-Infantil no âmbito do Sistema Único de Saúde do Paraná. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 560/2003, autor deputado Ângelo Vanhoni, que institui categoria de loteria denominada Raspadinha Cultural, através de um concurso de prognósticos sobre o resultado de sorteio de números como modalidade de loteria estadual com destinação de resultados para investimentos no setor de cultura do Estado do Paraná. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 561/2003, autor deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Festival Estadual de Teatro Estudantil a ser organizado através das Secretarias de Estado da Educação e/ou da Cultura. **Relator: deputado Delegado Bradock, designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 574/2003, autora deputada Elza Correia, que dispõe sobre a cobrança de valores para a inscrição em concursos públicos realizados pela Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 585/2003, autora deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a obrigatoriedade da busca imediata de pessoa desaparecida menor de 16 anos ou pessoas de qualquer idade portadora de deficiência física, mental ou sensorial. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 589/2003, autor deputado Doutor Luciano, que determina a criação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar, nos estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 590/2003, autor deputado Doutor Luciano, que institui categoria de loteria denominada Raspadinha Cultural, através de um concurso de prognósticos sobre o proíbe o uso de areia e outras substâncias que liberem sílica nas atividades de jateamento no Estado do Paraná. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 605/2003, autor deputado Plauto Miró Guimarães, que institui o Dia e a Semana Estadual do Tropeiro. **Relator: deputado Nelson Justus, designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 606/2003, autor deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho da rodovia que liga Santa Tereza d'Oeste à Luz Marina, município de São Pedro do Iguaçu. **Relator: deputado Elton Carlos Welter, designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 609/2003, autor deputado Hermas Brandão, que altera a redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 83/98 - institui a Região Metropolitana de Maringá. **Relator: deputado Doutor Luciano, designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 610/2003, autor deputado Hermes da Fonseca, que institui a Semana da Prevenção de Acidentes de Trânsito nas Rodovias do Estado do Paraná. **Relator: deputado Nelson Justus, designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 614/2003, autor deputado Mauro Moraes, que autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa Estadual de Fornecimento de Cadeiras de Rodas e a efetuar convênio com entidades representantes de pessoas portadoras de deficiência, para implementar o programa. **Relator: deputado Hermes da Fonseca, designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 615/2003, autor deputado Mauro Moraes, que autoriza o Poder Executivo a conceder incentivo fiscal a projetos esportivos no Estado do Paraná. **Relator: deputado Hermes da Fonseca, designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 621/2003, autor deputado Reni Pereira, que dispõe sobre a criação do Dia do Taxista no âmbito do Estado do Paraná. **Relator: deputado Nelson Justus, designado em 22.10.2003.**

Projeto de Resolução nº 18/2003, autor deputado Cleiton Kielse, que autoriza a realização de plebiscito nos municípios de Almirante Tamandaré e Rio Branco do Sul, para que a população decida sobre a transferência territorial da localidade de bairro de São João Batista. **Relator: deputado Durval Amaral, designado em 22.10.2003.**

Proposição-Veto nº 42/2003, autor Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 429/2003, de autoria do Poder Executivo, que dispõe que os créditos tributários relativos ao ICMS ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, lançados até 30 de junho de 2003, poderão ser pagos em uma ou mais parcelas. **Relator: deputado Antonio Anibelli, designado em 21.10.2003.**

#### 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 64/2003, autor deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação de Promoção Humana Platinense, com sede e foro no município de Santo Antonio da Platina. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 205/2003, autor deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública a Origens Sociedade Pró-Arte, com sede e foro em Curitiba. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 234/2003, autor deputado Nelson Justus, declara de Utilidade Pública a APMI de Porto Amazonas, com sede no município de Porto Amazonas e foro no município de Palmeira. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 279/2003, autor deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a APM do Colégio Estadual Professora Hildegard Sondahl, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 285/2003, autor deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Senhoras de Rotarianos do município de Realeza, com sede e foro no município de Realeza. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 394/2003, autor deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Amor a Vida, com sede e foro no município de Castro. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 438/2003, autor deputado Rafael Greca, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Golfe, com sede no município de Curitiba. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 443/2003, autor deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Cultural de Música Harmonia Celeste de Medianeira, com sede e foro no município de Medianeira. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 479/2003, autor deputado Artagão Júnior, que declara de Utilidade Pública o Clube de Idosos de Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no município de Guarapuava. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 552/2003, autor deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Ação Social da Igreja Presbiteriana Independente do Ita-

qui, com sede e foro no município de Campo Largo. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 598/2003, autor deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Idosos Unidos no Amor, com sede e foro no município de Toledo. **Relator: deputado Antonio Anibelli, designado em 14.10.2003.**

Projeto de Lei nº 607/2003, autor deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Cafeicultores da Água da Limeira, com sede no distrito de Lerroville e foro no município de Londrina. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 22.10.2003.**

Projeto de Lei nº 633/2003, autor deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública as Obras Sociais Santa Terezinha, com sede e foro no município de Sertanópolis. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 22.10.2003.**